

Reunião de 06/10/2020

ATA NÚMERO 19/2020**REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA REALIZADA EM SEIS DE OUTUBRO
DE DOIS MIL E VINTE**

_____ Aos seis dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte, nesta Vila de Alcanena, reuniu, no Auditório dos Paços do Município, o Órgão Executivo da Câmara Municipal de Alcanena, em reunião ordinária, pelas quinze horas e quatro minutos, estando presentes: _____

_____ **PRESIDENTE:** _____

_____ - Fernanda Maria Pereira Asseiceira _____

_____ - A partir das dezasseis horas e quarenta e seis minutos, assumiu a Presidência da Reunião a Vereadora Maria João Martins Antunes Gomez. _____

_____ **VEREADORES PRESENTES:** _____

_____ - João Carlos Braga Correia Pinto, em substituição de Gabriel de Oliveira Feitor _____

_____ - Luís Miguel Martins Pires _____

_____ - Maria João Martins Antunes Gomez _____

_____ - Maria João Vaz Monteiro de Abreu Rodolfo _____

_____ - Hugo André Silva Ferreira Santarém _____

_____ - Óscar Manuel Justo Pires _____

_____ **FALTOU:** _____

_____ **1 – A Excelentíssima Senhora Presidente da Câmara** deu conhecimento do email enviado pelo **Vereador, Senhor Gabriel de Oliveira Feitor**, a trinta de setembro do ano corrente, o qual deu entrada no Município, no dia um de outubro de dois mil e vinte, sob o número oito mil quatrocentos e vinte e dois, no qual informa que não poderá comparecer à reunião, solicitando justificação de sua ausência e que seja efetuada a convocatória ao eleito seguinte o Senhor João Carlos Braga Correia Pinto. ____

_____ **Deliberação tomada por unanimidade:** Justificada a falta do Vereador, Senhor Gabriel de Oliveira Feitor da presente reunião de Câmara. _____

_____ Face ao pedido de substituição acima mencionado, foi convocado para tomar posse nas funções de Vereador, a fim de participar nesta reunião, o Senhor **João Carlos Braga Correia Pinto**, portador do Cartão de Cidadão número onze milhões duzentos e dezasseis mil cento e dezasseis, residente na Travessa do Vale da Dama, em Zibreira, Concelho de Torres Novas, cidadão seguinte na ordem da respetiva lista. _____

_____ Verificada a conformidade legal do processo eleitoral com a identidade do eleito, a Senhora Presidente da Câmara declarou-o investido nas suas funções, lavrando-se a respetiva Ata de Investimento, após o que o Vereador empossado tomou parte na presente reunião. _____

_____ **1-PONTO PRÉVIO** _____

_____ 1.1 – Ata da Reunião de Câmara realizada a 21 de setembro de 2020. (Para deliberação) _____

_____ 1.2 - Moção - Pela revisão em baixa das tarifas da EPAL aos SIMAR. Documento ref.^a 7699/2020, Processo ref.^a 2020/100.10.200/64. (Para conhecimento) ____

_____ **2 – DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONAL E GESTÃO FINANCEIRA E PATRIMONIAL** _____

_____ 2.a) Pedido de redução das tarifas de Saneamento e de Resíduos Sólidos Urbanos. Documento ref.^a 13111/2020, Processo ref.^a 2020/300.10.002/38. (Para deliberação) _____

_____ 2.b) Pedido de redução das tarifas de Saneamento e de Resíduos Sólidos Urbanos. Documento ref.^a 13136/2020, Processo ref.^a 2020/300.10.002/41. (Para deliberação) _____

_____ 2.c) Pedido de redução das tarifas de Saneamento e de Resíduos Sólidos Urbanos. Documento ref.^a 13131/2020, Processo ref.^a 2020/300.10.002/39. (Para deliberação) _____

_____ 2.d) Despacho de encerramento das Piscinas Municipais de Alcanena e de Minde. Documento ref.^a 12749-12748/2020, Processo ref.^a 2020/100.10.200/30. (Para ratificação) _____

_____ 2.e) Abertura de procedimento concursal comum com vista à constituição de reserva de recrutamento em regime de contrato de trabalho em funções públicas por termo incerto para 20 postos de trabalho da carreira e categoria de assistente operacional na área de ação educativa, manutenção e limpeza de espaços educativos, para substituição nos postos de trabalho pertencentes ao Mapa de Pessoal do Município. Documento ref.^a 13528/2020, Processo ref.^a 2020/150.20.200/6. (Para deliberação) ____

_____ 2.f) Despacho de interrupção de trânsito para a realização de uma batida de caça aos javalis, em Raposeira, Alcanena, a 26 de setembro de 2020, solicitada pela Secção de Caça do Grupo Desportivo e Recreativo da Graça. Documento ref.^a 13246/2020, Processo ref.^a 2020/550.10.001/10. (Para conhecimento) _____

Reunião de 06/10/2020

2.1 – SUBUNIDADE DE GESTÃO FINANCEIRA, PATRIMONIAL E CONTROLO ORÇAMENTAL

2.1.a) Alteração 39 ao Orçamento e 38 às Grandes Opções do Plano - Ano de 2020. Documento ref.^a 12366-12389/2020, Processo ref.^a 2020/350.10.001/42. (Para conhecimento)

2.1.b) Alteração 40 ao Orçamento e 39 às Atividades Mais Relevantes - Ano de 2020. Documento ref.^a 12726/2020, Processo ref.^a 2020/350.10.001/43. (Para conhecimento)

2.1.c) Autorização para realização de despesas correspondentes ao total dos documentos cabimentados no período de 11 a 24 de setembro de 2020, no valor global de € 162.672,36. Documento ref.^a 13185/2020, processo ref.^a 2020/300.50.400/2 (Para conhecimento)

2.1.d) Relação dos compromissos efetuados no período de 11 a 24 de setembro de 2020, no valor total de € 76.751,43. Documento ref.^a 13186/2020, processo ref.^a 2020/300.50.400/3. (Para conhecimento)

2.1.e) Relação das Ordens de pagamento autorizados por despacho no período de 11 a 24 de setembro de 2020. Documento ref.^a 13187/2020, processo ref.^a 2020/300.50.400/4.

- Operações Orçamentais no valor total de € 951.470,49, correspondentes às autorizações números 3055 a 3259;

- Operações de Tesouraria no valor total de € 472,50, correspondentes às autorizações números 239 a 242M. (Para conhecimento)

2.1.f) Relação dos pagamentos efetuados no período de 11 a 24 de setembro de 2020. Documento ref.^a 13188/2020, processo ref.^a 2020/300.50.400/5;

- Pagamentos de Operações Orçamentais: € 496.023,79;

- Pagamentos de Operações de Tesouraria no valor total de € 15.722,50. (Para conhecimento)

2.1.g) Resumo Diário da Tesouraria do dia útil anterior ao da reunião (Para conhecimento).

3 - DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO HUMANO E SOCIAL**4 – DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E URBANISMO****5 – DIVISÃO DE PLANEAMENTO E GESTÃO DE OBRAS MUNICIPAIS**

_____ 5.1 - Projeto de Regulamento de Serviços de Abastecimento de Água e de Saneamento de Águas Residuais Urbanas do Concelho de Alcanena – Início de Procedimento. Documento ref.^a 13623/2020, Processo ref.^a 2019/300.20.401/2. (Para deliberação) _____

_____ 5.2 - Normas do Programa de Apoio de Esterilização de Animais de Companhia. Documento ref.^a 13527/2020, Processo ref.^a 2020/100.10.200/66. (Para deliberação) _____

_____ **6 - DIVISÃO DE CULTURA, TURISMO E VALORIZAÇÃO DO PATRIMÓNIO** _____

_____ **7 – SERVIÇO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO CIVIL** _____

_____ 7.1 – Designação em regime de comissão de serviço, do Coordenador Municipal de Proteção Civil. Documento ref.^a 13342/2020, Processo ref.^a 2020/250.20.600/3. (Para conhecimento) _____

_____ **PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO** _____

_____ **APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA** _____

Reunião de 06/10/2020

_____ **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA.** _____

_____ **Pelas quinze horas e quatro minutos, a Excelentíssima Senhora Presidente da Câmara fixou o “Período Antes da Ordem do Dia”, com a duração máxima de sessenta minutos, para tratamento de assuntos gerais de interesse para a Autarquia, nos termos do artigo quinquagésimo segundo, da Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro.** _____

_____ **A Excelentíssima Senhora Presidente da Câmara** começou a reunião, referindo que tinha já sido distribuído, a todos os vereadores, o ofício-convocatória para a reunião de câmara extraordinária a realizar na sexta-feira seguinte, dia nove de outubro de dois mil e vinte, pelas onze horas, a qual terá como ponto único da ordem de trabalhos a aprovação dos autos de transferência para as Juntas de Freguesia, e Juntas de União das Freguesia, no âmbito do processo de descentralização de competências do Município de Alcanena para cada uma das Juntas de Freguesia do Concelho. Informou que o assunto seria também agendado para a Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal, a realizar no dia treze de outubro de dois mil e vinte, que, para além de ser uma Assembleia Extraordinária eletiva, pois iria eleger a Presidente da CCDR LVT – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo, teria também aquele ponto da Ordem de Trabalhos, que seria apreciado logo após o encerramento das votações. Referiu, ainda, que o Vereador Gabriel de Oliveira Feitor, que não estava presente na reunião de Câmara, tendo sido substituído pelo Vereador João Carlos Braga Correia Pinto, havia informado, através de contacto telefónico, que estaria presente na Reunião Extraordinária de Câmara, a realizar na sexta-feira seguinte, tendo já tomado conhecimento da respetiva Convocatória, via email. _____

_____ **A Excelentíssima Senhora Presidente da Câmara Municipal questionou os membros presentes se tinham alguma questão, comentário ou sugestão a efetuar no período antes da ordem do dia.** _____

_____ **1 - Solicitou do uso da palavra o Vereador, Senhor João Carlos Braga Correia Pinto** que começou por congratular o Executivo Municipal pela Inauguração do Mercado Municipal de Alcanena, ocorrida nessa manhã, e pela forma como decorreria a cerimónia, aproveitando para parabenizar a Técnica Superior da Autarquia, Patrícia Salvado, pela forma como conduzira a mesma. _____

_____ **2 - Questionou se a Câmara havia tido conhecimento de alguma proposta, por parte do Clube de Orientação do Entroncamento, juntamente com a Federação Portuguesa de Orientação, de uma prova que se iria realizar, provavelmente na**

Freguesia de Bugalhos, especificando tratar-se de uma prova de orientação individual, ao ar livre e já com orientações definidas por parte da Federação Portuguesa de Orientação e pela Direção-Geral da Saúde. Gostaria de perceber se a Câmara tinha conhecimento dessa proposta e, em caso afirmativo, qual seria o sentido a dar à mesma.

_____ **A Excelentíssima Senhora Presidente de Câmara Municipal começou por responder às questões colocadas pelo Vereador, Senhor João Carlos Braga Correia Pinto.** _____

_____ **1** – Relativamente à Requalificação do Mercado Municipal de Alcanena, obra inaugurada neste mesmo dia, era realmente um motivo de orgulho para todos, que deveriam estar lembrados das más condições em que o Mercado se encontrava. Com a obra realizada, todos os munícipes, assim como toda a população mesmo de fora do Concelho que ali se quisesse deslocar, encontraria um espaço digno para a promoção da atividade económica do Concelho. Considerou que se tratava de uma requalificação que deveria orgulhar a todos e que o Município de Alcanena se orgulhava em ter aprovado o projeto, de ter apresentado a candidatura e obtido o respetivo financiamento, assim como o facto de garantir os procedimentos concursais e o acompanhamento da boa execução das obras. São muitos passos e muito trabalho que são necessários para que uma obra destas se concretize. Por isso, quis felicitar todos aqueles que contribuíram para que a obra fosse possível, quer a equipa que elaborou o projeto, da empresa Arquihom – Empresa de Arquitetura Limitada; quer a CCDR Cento – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, porque acolheu o enquadramento no âmbito do plano de ação do município para a requalificação urbana, com a candidatura aprovada; o empreiteiro – empresa Miraterra – Obras Públicas, Limitada, que concretizou a obra; a empresa de fiscalização EFS – Engenharia, Fiscalização e Serviços, Limitada; não esquecendo todo o trabalho e envolvimento que aqueles processos tinham ao nível interno da Câmara, salientando o trabalho dos Técnicos do Município que acompanharam o processo, quer ao nível da candidatura, quer ao nível técnico da obra, quer ao nível financeiro. Acrescentou que podiam dizer que era obra concluída e obra paga, marco que distinguia os tempos atuais dos tempos passados, sendo que tal fazia toda a diferença. _____

_____ **Prosseguiu a Excelentíssima Senhora Presidente da Câmara,** dizendo que, no dia seguinte, o espaço abriria ao público, sendo que estariam lá a partir das nove

Reunião de 06/10/2020

e trinta para, num momento simbólico, estar com o público, com as pessoas, com os vendedores. Voltou a referir que era uma obra que os honrava. _____

_____ 2 – Relativamente à questão colocada sobre a prova de orientação, a Senhora Presidente da Câmara passou a palavra ao Vereador Hugo Santarém. _____

_____ **O Vereador, Senhor Hugo André Silva Ferreira Santarém** começou por fazer também ressalva da extraordinária obra que, naquele dia, havia sido inaugurada, partilhando da pronúncia do Vereador, Senhor João Carlos Braga Correia Pinto e da Senhora Presidente da Câmara, devendo ser uma obra que orgulhasse a todos, porque ficava uma marca para o futuro, que se perspectivava de dinâmica económica e também ao nível dos próprios mercados, com todas as valências que o Mercado oferecia às suas comunidades. _____

_____ Em relação à questão específica que fora colocada pelo Vereador, Senhor João Carlos Braga Correia Pinto, respondeu que, efetivamente, tinham conhecimento de uma prova de orientação que estivera prevista para o Concelho de Alcanena, porque procuravam trabalhar em conjunto com as diversas associações e procuravam acolher uma diversidade de provas e de modalidades ao Concelho, para que o mesmo pudesse ser projetado, não só internamente, mas também externamente, ao nível nacional e internacional, porque muitas das provas que ali recebiam eram provas internacionais e, por isso, era evidente que tinham conhecimento da prova, porque tinham sido eles próprios a procurar acolher a prova de orientação em causa. Acrescentou que tinham previstas, para dois mil e vinte, duas provas do campeonato nacional: uma prova de orientação e uma prova de dardos, a primeira inicialmente agendada para abril e depois agendada para junho, sendo que, devido às circunstâncias do COVID-19, fora desmarcada de junho, com a perspectiva de se realizar no inverno de dois mil e vinte. Relativamente à prova do campeonato nacional de dardos, a mesma estava, inicialmente, prevista para outubro. Disse, ainda, que estas provas haviam sido preparadas em dois mil e dezanove, tendo tudo sido fechado com as Associações e com a Federação no final de dois mil e dezanove, início de dois mil e vinte, tudo antes de um quadro de pandemia que viera assolar o país e o mundo. Nesse sentido, tinha sido entendimento, quer da Autarquia, quer das Associações e Federações, de que não estavam reunidas as condições para a realização das provas, no primeiro semestre de dois mil e vinte. Aquilo que se tentara fazer fora reagendá-las para o segundo semestre de dois mil e vinte. Deu também nota de que, relativamente à prova de dardos, a Federação havia informado que não faria essa prova em dois mil e vinte, remetendo a

mesma para dois mil e vinte e um, mantendo-se o Município de Alcanena como município de acolhimento da mesma. _____

_____ Quanto à prova de orientação, informou que a mesma havia sido organizada em parceria com o CLAC – Clube de Lazer, Aventura e Competição do Entroncamento, clube especializado em orientação, que colaborara com a Autarquia no ano anterior, no Festival de Pedestrianismo Alcanena Walking Festival. O desafio era ter uma prova do Campeonato Nacional, que funcionaria com vários opens, e que, durante um fim de semana (sexta, sábado e domingo), traria ao Concelho de Alcanena esta prática desportiva e muita gente de todo o país, estando prevista a participação de cerca de quinhentos atletas, que viriam de Norte a Sul de Portugal. Se esta prova havia, inicialmente, estado agendada para o primeiro semestre de dois mil e vinte, tendo depois sido remarcada para o segundo semestre, o contacto entretanto recebido da parte do CLAC – Clube de Lazer, Aventura e Competição do Entroncamento foi no sentido de perceber se, para a Câmara Municipal de Alcanena, estariam reunidas as condições para receber a prova, tendo em conta o momento de contingência em que se vivia. Na altura, embora já se falasse de uma segunda vaga, não se tinha, ainda, a percepção se a mesma se viria ou não a verificar. O contacto que teve da referida Associação, no passado mês de setembro fora exatamente naqueles termos: entendia a Câmara de Alcanena estarem reunidas as condições para a realização da prova? Acrescentou que a própria Associação tinha dúvidas quanto a isso. Face ao exposto, informou que havia feito uma reunião com o quadro técnico do serviço de Desporto, tendo sido unânime a opinião de que não estavam reunidas as condições técnicas para receber quinhentos atletas de todo o país, tendo em conta o plano de contingência que estava ativo no Concelho de Alcanena. Foi, assim, essa a posição assumida – a de que não estavam reunidas as condições para a realização da prova, na primeira semana de novembro. Informou, no entanto, que o Município se mantinha disponível para acolher a prova do Campeonato Nacional de Orientação, talvez no início de dois mil e vinte um ou, pelo menos, no segundo trimestre de dois mil e vinte um, se se verificasse uma melhoria das condições relativas à pandemia. Essa disponibilidade mantinha-se, desde que não se estivesse em situação de contingência e com as indefinições e inseguranças que essa situação levantava. A decisão foi participada ao CLAC – Clube de Lazer, Aventura e Competição do Entroncamento que, por sua vez, fez chegar a mesma à Federação Portuguesa de Orientação. _____

_____ Prosseguiu o **Vereador, Senhor Hugo André Silva Ferreira Santarém**, afirmando que o que estava previsto era uma grande festa de orientação, que havia surgido no âmbito do Festival de Pedestrianismo Alcanena Walking Festival, sendo que a Câmara apoiaria nas componentes logísticas, mas também na produção de cartografia/mapas de orientação, com o objetivo de fazer uma grande festa de orientação, aberta ao público em geral e não só ao desporto federado. Considerando os tempos que se viviam, consideravam que não era apropriada a realização da prova. Informou, a propósito, que também nos projetos desportivos da Autarquia, se tinha vindo a optar por outras alternativas, nomeadamente no que respeitava às Caminhadas pelo Concelho, habitualmente realizadas ao domingo, e que passaram a ser caminhadas interativas, em que as pessoas caminhavam sozinhas. Adiantou que o próprio Trail Serras de Aire e Candeeiros, previsto para dezembro, seria feito através da dinamização de um trail digital, em que as pessoas fariam o trail e depois partilhariam os seus tempos, numa plataforma digital, disponibilizada para o efeito _____

_____ A **Excelentíssima Senhora Presidente da Câmara** completou a intervenção do Vereador, Senhor Hugo André Silva Ferreira Santarém, afirmando que a não realização da prova se prendia, essencialmente, com as medidas de contingência que preventivamente temos que assegurar. Mesmo sendo no exterior, estaria muita gente e a prova exigiria um envolvimento muito grande, não esquecendo que, nos meses seguintes, a perspetiva era de que aumentasse o número de casos de infeção por COVID-19, tendo em conta a aproximação do período de inverno. Acrescentou que era com pena que não podiam acolher a realização da prova, mas havia que ajustar as ações às contingências que existiam, colocando em primeiro lugar a saúde pública. _____

_____ **Solicitou do uso da palavra o Vereador, Senhor Hugo André Silva Ferreira Santarém**, para acrescentar que, ainda que a prova fosse realizada ao ar livre, haveria momentos de secretariado, de refeições e de alojamento que iriam implicar ajuntamentos. _____

_____ A **Excelentíssima Senhora Presidente da Câmara** afirmou que se passaria para dois mil e vinte e um a disponibilidade para acolher a realização da prova em questão. _____

_____ **3 – Solicitou do uso da palavra a Vereadora, Maria João Vaz Monteiro de Abreu Rodolfo**, referindo que, relativamente ao ponto de situação das obras de Saneamento de Covão do Coelho, na anterior reunião de câmara, a Senhora Presidente da Câmara havia informado que iria decorrer uma reunião com o empreiteiro e que lhe

seria exigido que apresentasse um plano que fosse exequível, pelo que solicitou esclarecimentos sobre o atual ponto de situação. _____

_____ **4** – Em relação ao Cemitério Municipal de Alcanena, afirmou que se congratulavam com a inauguração da ampliação efetuada, uma vez que a mesma era, efetivamente, necessária. Questionou, tendo em conta a existência de algumas campas em relação às quais já não se sabia quem eram os herdeiros, se não estaria prevista a instalação de gavetões, que considerava pertinente, e que não tinham sido contemplados na intervenção efetuada. _____

_____ Tendo em conta a existência de campas em relação às quais já não existiam familiares, questionou se estaria a ser equacionado algum levantamento que permitisse aferir o número de campas disponíveis. _____

_____ Em relação à capela que, em tempos, servira como casa mortuária e onde se chagaram a fazer autópsias, questionou se ficara alguma coisa prevista ou qual seria a utilização a dar àquela estrutura. _____

_____ **5** – Continuou a **Vereadora, Senhora Maria João Vaz Monteiro de Abreu Rodolfo**, dizendo que outra questão se prendia com uma questão levantada na última Sessão da Assembleia Municipal, sobre uma iniciativa da Associação Improviso Divergente. Referiu que os Vereadores do Grupo Cidadãos por Alcanena haviam sido contactados por elementos da referida Associação, ainda antes da realização da referida Sessão da Assembleia Municipal, que lhes comunicaram que as afirmações da Senhora Presidente da Câmara não correspondiam à verdade. Nesse sentido, gostaria que a Senhora Presidente, com toda a clareza, conseguisse esclarecer aquele ponto, para não acabar com “diz que disse”, em que “um diz uma coisa, depois diz outra”, sendo que seria benéfico para todos que o assunto fosse esclarecido e que não houvesse nenhum ponto de divergência ou de suspeição. Disse que o lhes havia sido comunicado pela Associação Improviso Divergente, no decurso de comunicações, quer via telefónica, quer via eletrónica, era que a Senhora Presidente tinha conhecimento, via telefónica e, depois, através de uma série de emails em que a Associação pedia que fosse confirmado aquilo que fora acordado verbalmente, sendo que, quando a Senhora Presidente fez a sua declaração, na Sessão da Assembleia Municipal, fora omissa. A Senhora Presidente firmara, realmente, que as características tinham mudado, sendo que o plano inicial era muito mais ambicioso, mas omitira ter conhecimento que o plano havia sido alterado e que havia confirmado, na sexta-feira anterior, que seria disponibilizada uma verba de

cinco mil euros, tendo, no domingo, respondido por escrito formalmente, a atribuição de três mil euros, tal como referiu Assembleia Municipal. _____

_____ **A Vereadora, Senhora Maria João Vaz Monteiro de Abreu Rodolfo**, prosseguiu, afirmando que a comunicação enviada, quer pelo Brass iT, quer pela Associação Materiais Diversos, dirigida à Senhora Presidente e aos Senhores Vereadores não fora enviada para os Vereadores do Grupo Cidadãos por Alcanena. Disse que as referidas comunicações lhes haviam sido, depois, remetidas pelas aludidas Associações, mas que os serviços não tinham procedido ao devido encaminhamento das mesmas. Estando disponível o email de todos os Vereadores, assim como o email geral do Grupo Cidadãos por Alcanena, solicitou, ainda que pudesse ter sido um lapso, que todas as comunicações nas quais fosse pedido para dar conhecimento a todos os Vereadores lhes fossem devidamente encaminhadas. _____

_____ Questionou, ainda em relação à Associação Improviso Divergente, tendo em conta o perfil da mesma, porque é que nunca fora contemplada nos contratos programa, uma vez que se enquadrava no âmbito da criação de novos públicos. _____

_____ **6 – Em relação à Associação Materiais Diversos, a Vereadora, Senhora Maria João Vaz Monteiro de Abreu Rodolfo** referiu que a mesma lhes havia remetido uma série de documentação e de planos de atividade, assim como orçamentos relativos ao investimento do Município e da própria Associação (que também não foram encaminhados pelos serviços), tendo-lhes sido relatado pela Diretora, Elisabete Paiva, que também nunca tinha havido disponibilidade, por parte do Município, para fazer uma reunião, nem da parte da Senhora Presidente, nem da parte da Senhora Vereadora da Cultura, até para se saber se estavam ou não de acordo em relação ao que estava planificado para dois mil e vinte, em termos de programação cultural. Do seu ponto de vista, pelo menos em termos de avaliação, deveria ter sido dada alguma resposta, quanto mais não fosse que se dissesse que o projeto não estava a corresponder às expetativas do Município. _____

_____ Antes de responder às questões colocadas pela Vereadora, Senhora Maria João Vaz Monteiro de Abreu Rodolfo, **a Excelentíssima Senhora Presidente da Câmara** disse, em primeiro lugar, que, por uma questão de princípios, quer na sua vida pessoal, quer na sua vida profissional, quer na sua vida política, os princípios que mantivera tinham sido sempre os mesmos: o da verdade, o da transparência, o do rigor e o da responsabilidade, em tudo o fazia e dizia. Acrescentou outro princípio: o do grande respeito pelos dinheiros públicos e pelo serviço público, que também assegurava

enquanto Presidente da Câmara. Afirmou que esses princípios eram transversais a todas as suas ações. _____

_____ **3** - Passando a responder a cada uma das questões, em relação à questão relacionada com o Saneamento de Covão do Coelho, a **Senhora Presidente da Câmara** informou que tinha realmente havido uma reunião com o empreiteiro, que manifestara intenção de fazer cedência da posição contratual a outra empresa. Para o efeito, tinha que ser assegurado um conjunto de condições que estavam a procurar ser asseguradas, quer por parte do empreiteiro, quer por parte da empresa que poderia vir a assumir a responsabilidade de dar continuidade ao contrato, em termos de execução. Houvera uma posição de abertura por parte da Câmara Municipal, entendendo-se que poderia ser essa a forma de se concluir a obra no mais curto espaço de tempo, tratando-se de um processo que teria de ser presente a Reunião de Câmara para deliberação ou ratificação. Eram essas diligências que estavam a ser tomadas, em articulação com o empreiteiro atual e o que poderia vir a assegurar a continuidade da obra, que, em conjunto, tinham de assegurar que o dono da obra (Câmara Municipal de Alcanena) tivesse os elementos que garantissem, com confiança, a conclusão daquele processo. Acrescentou que tinha sido dado um prazo, até ao dia treze de outubro de dois mil e vinte, para que fossem reunidos todos os elementos e que informassem a Câmara Municipal. Disse que havia todo um conjunto de procedimentos a adotar para que o processo fosse assegurado e devidamente organizado. Afirmou que era a primeira vez que eram confrontados com uma situação daquelas, sendo a primeira vez que era colocada a alternativa de haver uma cedência da posição contratual, ressalvando que a legislação o permitia. _____

_____ Solicitou do uso da palavra a **Vereadora, Senhora Maria João Vaz Monteiro de Abreu Rodolfo**, questionando se, tendo o processo de estar concluído até ao dia treze de outubro, tal não queria dizer que, nessa data, fosse logo efetuada a cedência da posição contratual. _____

_____ **A Excelentíssima Senhora Presidente da Câmara** respondeu que, até ao dia treze de outubro, teriam de ser entregues à Câmara Municipal todos os elementos necessários para que a Câmara entendesse que estavam reunidas as condições para aprovar essa cedência. O assunto seria, depois, presente a reunião de câmara, para deliberação, ou para ratificação. Com o processo devidamente organizado, teriam, depois, oportunidade de melhor especificar o que tinha de ser efetivamente assegurado. _

Reunião de 06/10/2020

_____ **4** - Relativamente ao Cemitério Municipal de Alcanena, a **Excelentíssima Senhora Presidente da Câmara** referiu que existem intervenções previstas num plano de ação, no qual estava também contemplado o Cemitério Municipal. Disse que, com a intervenção executada, a prioridade tinha sido que, a curto prazo, existissem mais covais, havendo outras ações identificadas e sinalizadas para continuarem a ser feitas no Cemitério de Alcanena. Para além do trabalho que tinha de existir em termos de identificação de covais e da sua libertação, porque nem todos estavam concessionados, e após o prazo previsto no Regulamento para que pudessem voltar a ser utilizados, havia todo um trabalho efetuado pelo serviço de Taxas e Licenças, no sentido de perceber quais eram os covais que reuniam condições para serem libertados. Disse que havia outras intervenções que estavam previstas efetuar (intervenções plurianuais), relacionadas com os gavetões/ossários ou espaços para deposição de cinzas, havendo a previsão de avaliar essa oferta no cemitério. Acrescentou que estava também prevista a requalificação de um imóvel lá existente, para construção de instalações sanitárias, assim como a requalificação da chamada capela, que já não servia para esse efeito e muito menos serviria para realização de autópsias, dado que tal não se afigurava como exequível. Teria que ser avaliado o fim a dar àquele imóvel. _____

_____ Prosseguiu a **Excelentíssima Senhora Presidente da Câmara**, dizendo que a Câmara Municipal havia apoiado a Ampliação do Cemitério de Monsanto, a Ampliação do Cemitério de Serra de Santo António, a Ampliação do Cemitério de Espinheiro, intervenções no Cemitério de Moitas Venda, estando em curso, para dois mil e vinte e um, a Ampliação dos Cemitérios de Minde e de Vila Moreira. Havia, pois, a nível de Cemitérios, no Concelho, uma posição muito abrangente, de preocupação de cobertura concelhia e de acordo com as necessidades e prioridades existentes. No caso de Alcanena, estando a gestão do Cemitério sob a responsabilidade do Município, havia a preocupação de continuar a valorizar aquele equipamento municipal, garantindo a sua manutenção regular e requalificação dos edifícios existentes. Em relação à capela, a sua reabilitação tinha que ser avaliada, pois não fazia sentido fazer investimentos sem uma avaliação prévia da sua efetiva necessidade. A esse respeito, referiu a intervenção efetuada no Cemitério de Monsanto, a qual ficara muito cara, pois incluía a construção de uma sala de autópsias, que se viera a revelar um investimento completamente inútil, dado que, até àquela data, nenhuma autópsia ali havia sido realizada nem nunca viria a realizar-se, pois nem é permitido esse tipo de ações nestes locais como todos sabem. ____

_____ Respondendo em concreto à questão colocada pela Vereadora, Senhora Maria João Vaz Monteiro de Abreu Rodolfo, disse que, de forma planeada e plurianual, havia intenção, por parte do Município, de fazer investimentos regulares no Cemitério de Alcanena, o único, no Concelho, sob a responsabilidade direta da Câmara Municipal. Como primeira prioridade, tinha sido dada resposta à necessidade urgente de disponibilização de covais. Como disse também a este nível a sua posição foi de colaboração em criar as melhores condições em todos os Cemitérios do Concelho, de acordo com as prioridades. Uma intervenção está concluída, outras estão em curso, sendo da responsabilidade das Juntas respetivas. _____

_____ **5** – Em relação à questão relacionada com o Brass iT, a **Excelentíssima Senhora Presidente da Câmara** afirmou que a sua intervenção na sessão da Assembleia Municipal havia sido bastante completa, pelo que não iria entrar no “diz que disse”. Aquilo que dissera, e que correspondia à realidade, era que tinha havido uma proposta de Festival Brass iT, com cerca de dez bandas, duzentos músicos, para ser realizado em vários municípios, não apenas em Alcanena, mas também em Torres Novas e Porto de Mós, contando com vários apoios financeiros, sendo que, para esse festival, com a duração de dois dias, a Câmara tinha-se disponibilizado a apoiar com cinco mil euros, o que correspondia a vinte e dois vírgula sete por cento do total do orçamento apresentado, no valor total de vinte e dois mil euros. Os cinco mil euros que a Câmara se disponibilizara a compartilhar, sempre na ótica de que os eventos deviam ter vários parceiros, correspondia a cerca de vinte e três por cento do valor total do orçamento. Depois, ocorrera toda esta nova realidade desencadeada pela pandemia COVID-19, com cancelamento de eventos e a própria Câmara ficara na dúvida se os organizadores pretendiam ou não realizar o festival. Houve posteriormente contactos não presenciais, por parte da Associação para ver se a Câmara continuava a apoiar, e se havia condições para realizar o Brass iT, que, seria em condições diferentes, designadamente em itinerância, com um autocarro panorâmico, tendo a Câmara Municipal mostrado a sua disponibilidade para continuar a apoiar a iniciativa e no mesmo montante, tendo até sido comunicado que o apoio seria presente à reunião do dia seis de outubro. No entanto, como não tinha conhecimento da nova programação, nem do respetivo orçamento, para atualização do processo inicialmente enviado, e para efeitos de preparar e organizar a Proposta de apoio para deliberação, foi solicitado essa informação atualizada à Associação. Informação e atualização perfeitamente

compreensível, tendo em conta a responsabilidade e o rigor que o seu cargo exigia, para preparar a Proposta com que se tinha comprometido. Fora então que recebera um email a identificar as bandas que iriam atuar, uma delas local, e um orçamento total de cinco mil euros. Verificou que, afinal, estava perante uma mudança completa da proposta inicial do Festival. Tendo, inicialmente, proposto um apoio de cinco mil euros para um orçamento total de vinte e dois mil euros, face à nova proposta de programação, e de forma a não comprometer a iniciativa, decidira propor um apoio de três mil euros, que correspondia a sessenta por cento do valor total do atual orçamento, para um Festival com a duração de um dia, sendo que esse valor cobria completamente o orçamento das três bandas e do autocarro panorâmico, ficando apenas a faltar dois mil euros, que podiam, ser encontrados junto de outros parceiros, não sendo sequer correto que a Câmara financiasse a totalidade do Festival. Informou ainda que, no seu entender, as restantes ações poderiam ser concretizadas por valores mais baixos, envolvendo outras parcerias. Afirmou que, só na altura em que o solicitou tinha tido conhecimento da nova proposta orçamental do Festival. A nova Proposta de apoio, cobria sessenta por cento do orçamento do Festival. _____

_____ Acrescentou que a Câmara estava ali para honrar compromissos, mas também para falar verdade e para gerir os dinheiros públicos com responsabilidade e rigor. _____

_____ Solicitou do uso da palavra a **Vereadora, Senhora Maria João Vaz Monteiro de Abreu Rodolfo**, afirmando que, quer em relação à exposição que a Senhora Presidente da Câmara fizera na Assembleia Municipal, quer ao que tinha dito ali, qualquer pessoa entendia que fazia sentido, sendo que, neste assunto se sentia absolutamente à vontade, pois, como todos sabiam, sempre votara contra os apoios às coletividades que não estivessem de acordo com o previsto no Regulamento Municipal de Apoio ao Associativismo Local. Diminuindo o orçamento do evento, era perfeitamente compreensível que diminuísse também o valor do apoio a atribuir pela Autarquia. No entanto, a questão que lhes havia sido comunicada, ressalvando que haviam também transmitido que não tinham disponibilidade para andar com recados para trás e para frente, era que a Senhora Presidente tinha assumido verbalmente o apoio dos cinco mil euros. Ora, a Senhora Presidente disse que isso não correspondia à verdade. Face ao exposto, era importante que a Senhora Presidente clarificasse o assunto para que o mesmo ficasse “arrumado”. _____

_____ **A Excelentíssima Senhora Presidente** voltou a reforçar que a Senhora Presidente assumira os cinco mil euros para o Festival Brass iT até ter conhecimento que estava perante uma iniciativa com um orçamento completamente diferente. Perante a insistência, para que houvesse a confirmação do valor a atribuir pela câmara, e para organização do processo porque efetivamente era para o apoio ser aprovado pela Câmara, a Senhora Presidente solicitou a programação do Festival e respetivo orçamento. Ou seja, a Senhora Presidente mantivera a intenção do apoio de cinco mil euros, até ter conhecimento de que se estava perante um novo orçamento completamente diferente. Não estava em causa o formato de itinerância, modelo com o qual havia concordado. O que estava em causa era o efetivo orçamento para este novo formato de itinerância. E o apoio concedido permitia à organização organizar o Festival que pretendia pois assegurava na totalidade as bandas e o autocarro. Os custos com a divulgação podiam ser ajustados pois nem sequer se pretendia um evento que na atual situação pandémica originasse ajuntamentos nem de pessoas do Concelho nem vindas de fora do Concelho. Para além disso todas as Associações têm conhecimento do apoio que a Câmara dá em termos de reprografia e de publicidade e divulgação, para além do apoio financeiro. Lamentou a opção da Associação em não ter realizado o Festival e da posição que tomou contra a Câmara e a sua Presidente, pois esta Associação, como todas as restantes do Concelho, sempre contaram com a colaboração e com o apoio da Câmara. _____

_____ **A Vereadora, Senhora Maria João Vaz Monteiro de Abreu Rodolfo** disse que, no email enviado a catorze de setembro, pela Associação Improviso Divergente, informavam que o Brass iT, em dois mil e vinte, iria ser totalmente itinerante e que estariam presentes três bandas, no âmbito das contingências derivadas da pandemia COVID-19. Depois, no dia dezanove de setembro, tinha havido novo email, através do qual fora feito o reajuste, em função das três bandas, número já comunicado no email anterior. Dentro desta sequência de comunicações, no segundo email, em que apresentam o novo orçamento, a Associação afirmava que o apoio já havia sido dado e que iria ser o inicial, ou seja, os cinco mil euros. Considerava que era importante clarificar tudo aquilo. _____

_____ **A Excelentíssima Senhora Presidente da Câmara**, referiu que o que tinha a dizer e a esclarecer já o tinha referido e não tinha mais nada a acrescentar, para além do que tinha referido nas anteriores intervenções. _____

Reunião de 06/10/2020

_____ Solicitou do uso da palavra o **Vereador, Senhor Luís Miguel Martins Pires**, que perguntou à Vereadora, Senhora Maria João Vaz Monteiro de Abreu Rodolfo se não achava estranha a atitude da Associação, que tinha concordado com a atribuição de um apoio de cinco mil euros para o primeiro orçamento, tendo de arranjar os restantes dezassete mil euros, mas, face à nova proposta de apoio, no valor de três mil euros, correspondente a sessenta por cento do orçamento final, já via problemas. No seu entender, não era justo que fosse a Câmara de Alcanena a financiar a deslocação do autocarro panorâmico a Torres Novas. Considerava também muito injusta a posição da Associação, que sempre tinha podido contar com o apoio da Câmara, tal como todas as outras Associações do Concelho. Referiu, ainda, que todas as outras Associações agradeceram o apoio atribuído pela Câmara Municipal, em dois mil e vinte, ainda que as mesmas não tivessem realizado nenhuma atividade, tendo em conta o contexto da pandemia. Defendeu que também seria fácil, para si próprio, fazer uma festa com orçamento de cinco mil euros, com o apoio de cinco mil euros dado pela Câmara. Disse achar muito justa a Proposta da Senhora Presidente de apoiar a realização do evento, com um valor correspondente a sessenta por cento do orçamento total. Na sua opinião, a Associação já não tinha intenção de realizar o evento e viera desculpar-se com o apoio a atribuir pela Câmara Municipal. _____

_____ A **Vereadora, Senhora Maria João Vaz Monteiro de Abreu Rodolfo** respondeu que, tal como já havia referido anteriormente, estava completamente à vontade para falar sobre aquele assunto, até porque, por princípio, votava sempre contra aquele tipo de apoio. _____

_____ O **Vereador, Senhor Hugo André Silva Ferreira Santarém** interrompeu-a, dizendo que voltaria a votar contra, não deixando de ser curioso que a Associação procurasse, junto da Vereadora que iria votar contra, esclarecimentos sobre o assunto. _

_____ A **Vereadora, Senhora Maria João Vaz Monteiro de Abreu Rodolfo** pediu que a deixassem concluir a sua intervenção. Referiu que, independentemente das divergências que existiam, quer com a Senhora Presidente, quer com os Senhores Vereadores, ela própria também não gostava que houvesse inconsistências, nem a Senhora Presidente fosse declarada. Reforçou que, apesar da existência de divergências em termos dos métodos, todos convergiam no mesmo objetivo, que era servir a população. Voltou a referir os emails enviados pela Associação e disse que gostava que houvesse uma clarificação do assunto por parte da Senhora Presidente. _____

_____ **A Excelentíssima Senhora Presidente da Câmara** reforçou que sobre o assunto não tinha mais nada a acrescentar e continuou dizendo que, honra fosse feita, a Câmara Municipal sempre valorizara e apoiara as Associações do Concelho, mesmo no primeiro mandato do seu Executivo em situação financeira muito difícil. Houve municípios, em situações possivelmente menos graves, que tomaram a decisão de não apoiar as suas Associações para não terem essas despesas. Já a Câmara Municipal de Alcanena decidiu apoiar sempre as suas Associações, sempre considerando que as mesmas eram parceiras fundamentais nas dinâmicas dos territórios e reconhecendo o importante papel que as Associações tinham para envolver as pessoas, as crianças, os jovens, de promoverem atividades, o que tornava as pessoas mais ativas e as comunidades mais dinâmicas e mais coesas. Era por isso que o Concelho tinha um Conservatório de Música, Escolas de Dança, Coros... que tinha Associações que promoviam futebol, karaté, judo ou andebol.... Defendeu que não cabia à Câmara Municipal promover todas as iniciativas, mas ser também, para além daquilo que promovia, um facilitador daquilo que podia ser promovido pelos outros parceiros. Mas o espírito de parceria também significa que os outros parceiros também tenham que contribuir, não podendo olhar para a Câmara como sendo a única entidade que tem a obrigação de financiar a cem por cento tudo aquilo que pensam realizar. _____

_____ **A Excelentíssima Senhora Presidente da Câmara** acrescentou, ainda, que sempre privilegiavam as Associações que trabalhavam trezentos e sessenta e cinco dias por ano e não as que promoviam uma iniciativa durante um ou dois dias por ano e que achavam que deviam receber o mesmo apoio, ou mais, do que aquele que era atribuído às que trabalhavam o ano inteiro. Afirmou que a Câmara sempre privilegiara as Associações que promoviam a formação e era com essas que eram estabelecidos os contratos programa. Ora, os contratos programa existiam precisamente para as Associações que davam formação ao longo do ano, que eram escolas de futebol, de andebol, de karaté, de música, de dança.... Essas Associações, com as quais a Autarquia tinha contratos programa sabiam que, contavam com um determinado valor para dinamizarem as suas atividades ao longo do ano. A este respeito, informou que, naquele ano, devido à pandemia, os contratos programa não tinham sido assinados presencialmente, ao contrário do que habitualmente acontecia, todos os anos, em que se procedia à assinatura presencial dos mesmos e, na mesma ocasião, era entregue a primeira tranche, o que constituía uma oportunidade para falar com as Associações e

perceber as ações que estavam a ser desenvolvidas, quais os seus objetivos e expectativas. Naquele ano, não tinha havido condições de proceder da mesma forma. Não tendo existido a possibilidade de o fazer no início do ano, em março, como habitualmente, havia sido feito, com a diferença de que não tinham sido as Associações a deslocar-se à Câmara, mas sim os Membros do Executivo que se tinham deslocado às Associações, tendo-se procedido à entrega da terceira tranche e última tranche, tendo havido a oportunidade de conversar com as Direções das Associações, visitar as suas instalações e perceber quais eram as suas perspetivas. Nessas visitas, puderam mais uma vez constatar os benefícios que vinham a ser dado às Associações, por parte da Câmara Municipal, e que as Associações reconheciam. No seu entender, é esta a atitude correta e a que continuariam a procurar concretizar. _____

_____ Prosseguiu a **Excelentíssima Senhora Presidente da Câmara**, dizendo que a Câmara tinha também cedido instalações às Coletividades, dando como exemplo o Clube de Karaté Amicale de Alcanena, que era, naquela data, uma escola e que, há alguns anos atrás, pedia o Pavilhão Municipal para treinar, nos tempos em que aquele equipamento estava livre. Instalado numa antiga Escola Primária, o clube era, naquela data, uma escola, uma realidade para a qual muito se orgulhava de ter contribuído. _____

_____ Outro exemplo era a EFCA – Escola de Futebol do Concelho de Alcanena, que havia assinalado o seu Vigésimo Quinto Aniversário no dia anterior, deixando, por isso, os seus parabéns à Coletividade. Referiu que se tratava de um projeto importante a desenvolver, que necessitava de mais apoio, de mais dinâmica e de mais envolvimento por parte dos seus associados. O atual Executivo, para além dos contratos programa estabelecidos com a Associação, tinha apoiado no novo relvado sintético e na melhoria da iluminação led nas instalações da Coletividade. Era assim que se procedia, com todas as Associações, avaliando o que as mesmas precisavam tendo em conta as disponibilidades anuais da Autarquia. _____

_____ Fez ainda referência ao Vitória Futebol Clube Mindense, que gostaria de ter um novo sintético, num campo contíguo. A Senhora Presidente assumiu que neste momento não havia previsão orçamental e por isso teria que ficar para próximos orçamentos. No entanto, a Autarquia iria apoiar outras situações a nível das instalações do Clube, nomeadamente no que respeitava aos balneários, que eram agora a prioridade maior. _____

_____ Lembrou, ainda, outro compromisso assumido com as Associações Culturais de Minde – a Fábrica da Cultura, referindo que se tratava de um projeto para

continuar sendo para avançar o Projeto de Requalificação daquela Fábrica, esperando que tivesse continuidade, porque era um projeto importante para apoiar as Associações Culturais da Freguesia de Minde. _____

_____ Referenciou também o Cine-Teatro Rogério Venâncio, em Minde, que já havia recebido apoio da Câmara e que tinha estado a ser apoiado pela Autarquia, na elaboração de uma candidatura, que esperava que fosse aprovada, para Requalificação daquele espaço. _____

_____ **A Excelentíssima Senhora Presidente da Câmara** referiu também o apoio da Autarquia à TV Minde (Casa do Povo de Minde), à Banda de Minde, ao CAORG – Centro de Artes e Ofícios Roque Gameiro, aos Ranchos Folclóricos, não havendo uma única Associação com atividade regular, que pudesse afirmar que a Câmara não tenha dito “presente” e que não continuasse a estar presente. _____

_____ afirmou, também, a **Senhora Presidente da Câmara**, que a atividade praticamente tinha parado no primeiro semestre de dois mil e vinte e que continuavam, ainda, a existir muitas contingências. No entanto, os contratos programa não tinham sido reduzidos, tendo sido pago o mesmo valor como se fosse um ano de atividade normal, porque consideraram que essa era também uma forma de apoiar as Associações, mantendo o mesmo valor a todos. _____

_____ Relativamente ao Atlético Clube Alcanenense, uma Associação com características diferentes e com outro enquadramento, afirmou que estava a decorrer o concurso e que se iria proceder à Requalificação do Estádio Municipal de Alcanena, na íntegra, criando melhores condições para a prática do futebol e do atletismo. _____

_____ Solicitou do uso da palavra a **Vereadora, Senhora Maria João Martins Antunes Gomez**, que acrescentou que o Estádio era também utilizado pelas Associações ligadas à prática de atletismo, designadamente, a Casa do Povo de Alcanena. _____

_____ **A Excelentíssima Senhora Presidente da Câmara** disse que o orçamento do projeto havia aumentado, sendo de um valor mais elevado, porque iriam ser também criadas melhores condições, no estádio, precisamente para a Casa do Povo de Alcanena, para a prática de atletismo. _____

_____ Concluiu, afirmando que não havia uma única Associação que, estando organizada, apresentando o seu plano de atividades e prestando contas, pudesse dizer que não era apoiada pela Câmara Municipal. _____

_____ Solicitou do uso da palavra o **Vereador, Senhor Luís Miguel Martins Pires** referindo que, por norma, qualquer Associação que tivesse alguns problemas entrava em contacto com a Senhora Presidente da Câmara ou com algum dos Vereadores, para tentar saber o que se podia fazer. Considerava, por isso, que teria sido muito mais simples se a Associação Improviso Divergente tivesse telefonado para a Câmara, para saber o que se passava, ao contrário de terem vindo dizer que o Festival não se fazia porque a Câmara não apoiava. Disse que nunca tinha existido um caso daqueles. _____

_____ **6** - Relativamente à Associação Materiais Diversos, a **Excelentíssima Senhora Presidente da Câmara** disse que não tinha acompanhado esses contactos, sendo a Vereadora Maria João Martins Antunes Gomez que estava em contacto com a Associação e que poderia enquadrar melhor a situação, pelo que lhe passou a palavra. ____

_____ **A Vereadora, Senhora Maria João Martins Antunes Gomez** disse que aquela questão não deixava de ser curiosa, até porque ia no seguimento da anterior. Quis reiterar que o que era constrangedor era a falta de humildade da Associação Improviso Divergente por ter descartado, ter posto em causa e ter feito declarações, no mínimo ofensivas, em relação à cultura e em relação à programação cultural e toda a dinâmica do Município, ao longo dos últimos onze anos. Não deixava de ser preocupante, porque louvavam as Associações que, de forma humilde, vinham até eles e que, acima de tudo, respeitavam a programação do Município e se dispunham sempre a colaborar com a Câmara Municipal e em receber aquilo que era possível, pelo que não deixava de ser, no mínimo, triste, que aquilo tivesse acontecido, realçando que tinha sido a primeira vez que se tinham deparado com uma situação daquelas. _____

_____ Relativamente à Associação Materiais Diversos, disse que até tinha estado a trocar algumas mensagens a esse respeito com o Técnico André Conceição, que era o interlocutor com a Associação. Recordou que, durante a pandemia, tinha havido um contacto com a Associação, e que, na altura, de acordo com o que se estava a passar no país inteiro e de acordo com as orientações para que não houvesse espetáculos, tendo a própria Câmara cancelado uma iniciativa que era já um marco na programação anual – o Fórum da Juventude -, tinha havido orientação de que, até final de setembro, não haveria programação cultural, à semelhança do que acontecera com outros municípios, um pouco por todo o país. Nesse sentido, ficara de se agendar uma próxima reunião para se rever o plano de atividades e as iniciativas que poderiam acontecer, embora tivessem conhecimento de que estavam a acontecer iniciativas e atividades no

Agrupamento de Escolas de Alcanena, dentro de portas, desde o início do ano letivo. Tinha informações do Técnico André Conceição de que tinha havido um pedido de reunião por parte da Associação Materiais Diversos, há cerca de uma ou duas semanas, o que coincidia com o arranque do ano letivo. Afirmou que continuava a existir disponibilidade para reunir e para avaliar o que se podia fazer no território, no trimestre seguinte ou no próximo ano de dois mil e vinte e um. _____

_____ Solicitou da palavra a **Vereadora, Senhora Maria João Vaz Monteiro de Abreu Rodolfo** que afirmou que aquele assunto só tinha vindo à reunião porque tinha ido recuperar o que havia sido falado há cerca de duas ou três semanas, a respeito dos contratos programa culturais para dois mil e vinte e um, tendo estranhado o facto de a Associação Materiais Diversos não ter sido contemplada nos mesmos, uma vez que se tratava de uma Associação que se tinha gerado no Concelho e que, em termos de projeção, a sua atividade era amplamente divulgada, quer em termos nacionais, quer internacionais. _____

_____ Acrescentou que, já no final do ano anterior, tinham recebido da Diretora da Associação Materiais Diversos, Elisabete Paiva, informação de que havia muita dificuldade de comunicação com a Câmara, não tendo a Associação recebido nenhum feedback em relação ao relatório do biénio dois mil e dezoito/dois mil e dezanove. Considerava que seria legítimo que o assunto ficasse em stand by, tendo em conta a pandemia e os constrangimentos advindos da mesma, e que também seria legítimo que se dissesse que o que era proposto não ia ao encontro da estratégia cultural do Município. A seu ver, o que não era legítimo era que o Município não tivesse comunicado à Associação, de forma institucional, que existiam alguns constrangimentos e que não iria haver atividade. _____

_____ **A Vereadora, Senhora Maria João Martins Antunes Gomez** interrompeu a intervenção da Vereadora, Senhora Maria João Vaz Monteiro de Abreu Rodolfo, afirmando que ela própria tinha falado com a Diretora da Associação Materiais Diversos, pelo que estranhava aquelas afirmações. Referiu que a Câmara disponibilizava os meios logísticos, de comunicação, os espaços e tudo o mais, sendo que a Materiais Diversos tinha estado a trabalhar com a Autarquia e com o apoio da mesma, inclusive junto do Agrupamento de Escolas de Alcanena, até no início de dois mil e vinte. _____

Reunião de 06/10/2020

_____ **A Vereadora, Senhora Maria João Vaz Monteiro de Abreu Rodolfo** disse que o que lhe havia sido transmitido era que, de facto, havia dificuldade em obter resposta às solicitações de reunião por parte do departamento da cultura, sendo que tal não se reportava apenas ao período de pandemia, mas que já antes se verificava. _____

_____ **A Vereadora, Senhora Maria João Martins Antunes Gomez** afirmou que dificuldades de comunicação não significavam que não tivesse havido programação e que não tivessem decorrido reuniões. _____

_____ **A Vereadora, Senhora Maria João Vaz Monteiro de Abreu Rodolfo** perguntou diretamente se tinha havido reuniões com a Associação Materiais Diversos, ao que a Vereadora, Senhora Maria João Martins Antunes Gomez respondeu afirmativamente. _____

_____ **A Excelentíssima Senhora Presidente da Câmara** afirmou que a Vereadora Maria João Martins Antunes Gomez iria verificar o que se estava a passar. ____

_____ Concluiu, fazendo referência à disponibilidade e interesse da Autarquia em relação a todas as Associações, havendo evidências que falavam por si e que comprovavam que a Câmara Municipal tinha estado sempre presente e que valorizava o trabalho das Associações do Concelho. Havendo alguma situação que corresse menos bem, por algum motivo, tal não colocava em causa o apoio global a todas as Associações. _____

_____ Prestados os esclarecimentos solicitados, a **Excelentíssima Senhora Presidente da Câmara** informou os Senhores Vereadores que tinha pensado trazer à presente reunião um Voto de Reconhecimento e Louvor à Professora Doutora Elvira Fortunato, pelo recente prémio europeu que lhe fora atribuído. No entanto, tendo em conta que seria conhecido, naquele dia, o resultado do Prémio Nobel da Física, ao qual a mesma era candidata, decidiram incluir no Voto esse grande reconhecimento ao seu trabalho, caso fosse a feliz contemplada. Informou que tinha acabado de saber que a Professora Elvira Fortunato não tinha sido contemplada com essa distinção. Não deixava, por isso, de ser uma das grandes cientistas do país e, nesse sentido, o Voto de Reconhecimento e Louvor seria presente à próxima reunião de câmara, por todos os feitos e prémios que já atingira e que, estava certa, iria continuar a atingir. _____

_____ **A Vereadora, Senhora Maria João Martins Antunes Gomez** defendeu que, só o facto de a Professora Doutora Elvira Fortunato ter sido nomeada para o Prémio Nobel da Física, já constituía, por si só, um grande reconhecimento ao seu trabalho, tendo a Senhora Presidente da Câmara partilhado desta opinião. _____

_____ Não havendo outros assuntos, de interesse geral para a Autarquia a tratar no “Período Antes da Ordem do Dia”, pelas dezasseis horas e vinte e quatro minutos, deu-se início à apreciação dos assuntos incluídos na Ordem do Dia. _____

_____ **1 - PONTO PRÉVIO** _____

_____ **1.1 – Ata da Reunião de Câmara realizada a vinte e um de setembro de dois mil e vinte. (Para deliberação)** _____

_____ Presente a Ata da Reunião Ordinária, realizada no dia vinte e um de setembro de dois mil e vinte, tendo a Excelentíssima Senhora Presidente da Câmara colocado a mesma à apreciação dos Membros do Executivo e sendo dispensada a sua leitura, por o respetivo texto ter sido distribuído, previamente, pelos Membros do Executivo. _____

_____ Foram feitas algumas correções pontuais que foram do conhecimento de todos. _____

_____ **Deliberação tomada por maioria:** Aprovada a Ata da Reunião Ordinária, realizada no dia vinte e um de setembro de dois mil e vinte. _____

_____ **Absteve-se o** Vereador, Senhor João Carlos Braga Correia Pinto, por não ter participado na reunião em causa. _____

_____ **Votaram favoravelmente** os Vereadores, Senhores Luís Miguel Martins Pires, Maria João Martins Antunes Gomez, Maria João Vaz Monteiro de Abreu Rodolfo, Hugo André Silva Ferreira Santarém, Óscar Manuel Justo Pires e a Excelentíssima Senhora Presidente da Câmara Municipal. _____

_____ **1.2 - Moção - Pela revisão em baixa das tarifas da EPAL – Empresa Portuguesa de Águas Livres aos SIMAR – Serviços Intermunicipalizados de Águas e Resíduos dos Municípios de Loures e Odivelas. Documento referência sete mil seiscientos e noventa e nove/dois mil e vinte, Processo referência 2020/100.10.200/64. (Para conhecimento)** _____

_____ Presente à reunião email datado de dezassete de julho de dois mil e dezanove, remetido em nome da Assembleia Municipal de Loures, através do qual se remete, para conhecimento, a Moção “Pela Revisão em Baixa das Tarifas da EPAL – Empresa Portuguesa de Águas Livres aos SIMAR – Serviços Intermunicipalizados de Águas e Resíduos dos Municípios de Loures e Odivelas, aprovada pelo Órgão Deliberativo do Município de Loures, na sua sessão ordinária realizada a onze de julho de dois mil e dezanove. _____

_____ No mesmo email, solicitam que seja também dado conhecimento do documento ao Presidente da Assembleia Municipal de Alcanena. _____

_____ Solicitou do uso da palavra a **Vereadora, Senhora Maria João Vaz Monteiro de Abreu Rodolfo**, referindo que, já em dois mil e catorze, em sessão da Assembleia Municipal, órgão do qual fazia parte, na altura, fora abordada a questão dos caudais mínimos. Já na altura, os caudais mínimos que haviam sido propostos ao Município de Alcanena eram muito superiores aos consumos do concelho. Tendo em conta a transição do contrato da Luságua Alcanena – Gestão de Águas, Sociedade Anónima para a AQUANENA – Empresa Municipal de Águas e Saneamento de Alcanena, Empresa Municipal, Sociedade Anónima, questionou se tinha existido alguma alteração em termos contratuais, ou se o contrato só tinha a ver com o Município. Questionou também, quer em termos das tarifas, quer em termos dos caudais mínimos, se existia alguma perspetiva de o Município ter a iniciativa de retomar o diálogo com vista à baixa dos valores. _____

_____ A **Excelentíssima Senhora Presidente da Câmara** respondeu que os caudais mínimos haviam, na altura, sido negociados, com um horizonte temporal mais alargado. Aumentando o prazo, tinha-se conseguido baixar os valores considerados como caudais mínimos, trazendo-os para valores mais reais, tendo em conta os reais consumos. Disse que tinha também sido conseguido, com o alargamento territorial, a possibilidade de utilização do fornecimento da água da EPAL – Empresa Portuguesa de Águas Livres, que, inicialmente, era utilizada só na freguesia de Minde, também na freguesia de Moitas Venda. À presente data, no âmbito do contrato que o Município tinha com a EPAL – Empresa Portuguesa de Águas Livres, o valor que era pago estava mais ajustado à realidade dos consumos. Ressalvou, que tal não implicava que, em qualquer altura, os processos pudessem ser revistos. _____

_____ A **Vereadora, Senhora Maria João Vaz Monteiro de Abreu Rodolfo** questionou se, relativamente à moção presente a reunião de Câmara, o Município partilhava da opinião de que as tarifas estavam muito elevadas. _____

_____ A **Excelentíssima Senhora Presidente da Câmara** respondeu que, como era óbvio, quem pagava achava sempre que estava a pagar muito. Se a EPAL- Empresa Portuguesa de Águas Livres baixasse o preço da venda da água, quem a comprava iria sempre beneficiar dessa descida de preços. No entanto, existiam Municípios em que aquela situação tinha um impacto maior do que aquele que se verificava no Município de Alcanena. Obviamente, quando havia baixa de valores, todos beneficiavam. _____

_____ **A Excelentíssima Senhora Presidente da Câmara** passou a palavra ao Vereador, Senhor Hugo André Silva Ferreira Santarém para que este prestasse algum esclarecimento adicional a respeito deste assunto. _____

_____ **O Vereador, Senhor Hugo André Silva Ferreira Santarém** recordou, a este propósito, a aprovação, em reunião de Câmara, do Pacto para o Combate às Perdas de Água, da AMEGA – Associação de Municípios de Estudos e Gestão da Água, constituída por Municípios que partilham do fornecimento de água pela EPAL – Empresa Portuguesa de Águas Livres. O Pacto aprovado referia exatamente um trabalho a iniciar com a própria EPAL – Empresa Portuguesa de Águas Livres, no sentido de baixar algum tipo de tarifas, que se consideravam excessivas e que podiam ser alvo de alguma análise, num ou noutro ponto. _____

_____ **Deliberação:** Tomado conhecimento. _____

_____ **2 – DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONAL E GESTÃO FINANCEIRA E PATRIMONIAL** _____

_____ **2.a) Pedido de redução das tarifas de Saneamento e de Resíduos Sólidos Urbanos. Documento referência treze mil cento e onze/dois mil e vinte, Processo referência 2020/300.10.002/38. (Para deliberação)** _____

_____ Presente à reunião a informação mencionada em epígrafe, na qual se refere que veio um requerente apresentar pedido de eliminação de tarifas de saneamento e resíduos sólidos urbanos referentes à fatura número dois mil e vinte zero zero zero cinco cinco um seis cinco, emitida a dezanove de agosto de dois mil e vinte, pela firma AQUANENA - Empresa Municipal de Águas e Saneamento de Alcanena, Empresa Municipal, Sociedade Anónima. _____

_____ Anexa ao pedido carta emitida pela AQUANENA - Empresa Municipal de Águas e Saneamento de Alcanena, Empresa Municipal, Sociedade Anónima, a vinte de agosto de dois mil e vinte, na qual se informa que os serviços técnicos se deslocaram ao local de consumo e comprovaram a existência de uma rotura, referindo que o consumo da mesma se reflete na fatura acima identificada. _____

_____ Face ao exposto, refere-se, na informação, que o pedido se encontra devidamente instruído e que reúne condições para o deferimento da redução das tarifas de Resíduos Sólidos Urbanos, por cumprirem os critérios definidos por Edital, número seis mil quinhentos e dez, datado de dezoito de junho de dois mil e vinte, com entrada em vigor no dia útil seguinte, nomeadamente por a AQUANENA - Empresa Municipal

Reunião de 06/10/2020

de Águas e Saneamento de Alcanena, Empresa Municipal, Sociedade Anónima, ter comprovado a existência rotura. _____

_____ Mais se propõe que se autorize a redução de tarifas de resíduos sólidos urbanos na fatura seguinte, caso a mesma contenha consumo resultante da rotura confirmada. _____

_____ Deverão ser informados o requerente e a AQUANENA - Empresa Municipal de Águas e Saneamento de Alcanena, Empresa Municipal, Sociedade Anónima, da respetiva decisão administrativa e de que compete a esta entidade a decisão sobre a aprovação da redução das tarifas de saneamento, considerando essa competência delegada ao abrigo do contrato de gestão delegada, celebrado entre o município e esta entidade. _____

_____ Deverá ser informado o requerente de que o pedido de redução de tarifas de saneamento dever ser efetuado junto da AQUANENA - Empresa Municipal de Águas e Saneamento de Alcanena, Empresa Municipal, Sociedade Anónima. _____

_____ **Deliberação tomada por unanimidade:** Deferido o pedido de redução de tarifas de resíduos sólidos urbanos, referentes à fatura número dois mil e vinte zero zero zero cinco cinco um seis cinco, emitida a dezanove de agosto de dois mil e vinte, pela firma AQUANENA - Empresa Municipal de Águas e Saneamento de Alcanena, Empresa Municipal, Sociedade Anónima. _____

_____ Autorizada a redução de tarifas de resíduos sólidos urbanos na fatura seguinte, caso a mesma contenha consumo resultante da rotura confirmada. _____

_____ Informar o requerente e a AQUANENA - Empresa Municipal de Águas e Saneamento de Alcanena, Empresa Municipal, Sociedade Anónima, da respetiva decisão administrativa e de que compete a esta entidade a decisão sobre a aprovação da redução das tarifas de saneamento, considerando essa competência delegada ao abrigo do contrato de gestão delegada., celebrado entre o município e essa entidade. _____

_____ Informar, também, o requerente, de que o pedido de redução de tarifas de saneamento dever ser efetuado junto da AQUANENA - Empresa Municipal de Águas e Saneamento de Alcanena, Empresa Municipal, Sociedade Anónima. _____

_____ **2.b) Pedido de redução das tarifas de Saneamento e de Resíduos Sólidos Urbanos. Documento referência treze mil cento e trinta e seis/dois mil e vinte, Processo referência 2020/300.10.002/41. (Para deliberação)** _____

_____ Presente à reunião a informação mencionada em epígrafe, na qual se refere que veio um requerente apresentar pedido de redução de tarifas de saneamento e

resíduos sólidos urbanos referentes à fatura número dois mil e vinte zero zero zero cinco dois dois quatro cinco, emitida a dez de agosto de dois mil e vinte, pela firma AQUANENA - Empresa Municipal de Águas e Saneamento de Alcanena, Empresa Municipal, Sociedade Anónima. _____

_____ Anexa ao pedido carta emitida pela AQUANENA - Empresa Municipal de Águas e Saneamento de Alcanena, Empresa Municipal, Sociedade Anónima, a um de setembro de dois mil e vinte, na qual se informa que os serviços técnicos se deslocaram ao local de consumo e comprovaram a existência de uma rotura, referindo que o consumo da mesma se reflete na fatura acima identificada. _____

_____ Face ao exposto, refere-se, na informação, que o pedido se encontra devidamente instruído e que reúne condições para o deferimento da redução das tarifas de Resíduos Sólidos Urbanos, por cumprirem os critérios definidos por Edital, número seis mil quinhentos e dez, datado de dezoito de junho de dois mil e vinte, com entrada em vigor no dia útil seguinte, nomeadamente por a AQUANENA - Empresa Municipal de Águas e Saneamento de Alcanena, Empresa Municipal, Sociedade Anónima, ter comprovado a existência rotura. _____

_____ Mais se propõe que se autorize a redução de tarifas de resíduos sólidos urbanos na fatura seguinte, caso a mesma contenha consumo resultante da rotura confirmada. _____

_____ Deverão ser informados o requerente e a AQUANENA - Empresa Municipal de Águas e Saneamento de Alcanena, Empresa Municipal, Sociedade Anónima, da respetiva decisão administrativa e de que compete a esta entidade a decisão sobre a aprovação da redução das tarifas de saneamento, considerando essa competência delegada ao abrigo do contrato de gestão delegada., celebrado entre o município e esta entidade. _____

_____ Deverá ser informado o requerente de que o pedido de redução de tarifas de saneamento dever ser efetuado junto da AQUANENA - Empresa Municipal de Águas e Saneamento de Alcanena, Empresa Municipal, Sociedade Anónima. _____

_____ **Deliberação tomada por unanimidade:** Deferido o pedido de redução de tarifas de resíduos sólidos urbanos, referentes à fatura número dois mil e vinte zero zero zero cinco dois dois quatro cinco, emitida a dez de agosto de dois mil e vinte, pela firma AQUANENA - Empresa Municipal de Águas e Saneamento de Alcanena, Empresa Municipal, Sociedade Anónima. _____

Reunião de 06/10/2020

_____ Autorizada a redução de tarifas de resíduos sólidos urbanos na fatura seguinte, caso a mesma contenha consumo resultante da rotura confirmada. _____

_____ Informar o requerente e a AQUANENA - Empresa Municipal de Águas e Saneamento de Alcanena, Empresa Municipal, Sociedade Anónima, da respetiva decisão administrativa e de que compete a esta entidade a decisão sobre a aprovação da redução das tarifas de saneamento, considerando essa competência delegada ao abrigo do contrato de gestão delegada, celebrado entre o município e essa entidade. _____

_____ Informar, também, o requerente, de que o pedido de redução de tarifas de saneamento dever ser efetuado junto da AQUANENA - Empresa Municipal de Águas e Saneamento de Alcanena, Empresa Municipal, Sociedade Anónima. _____

_____ **2.c) Pedido de redução das tarifas de Saneamento e de Resíduos Sólidos Urbanos. Documento referência treze mil cento e trinta e um/dois mil e vinte, Processo referência 2020/300.10.002/39. (Para deliberação)** _____

_____ Presente à reunião a informação mencionada em epígrafe, na qual se refere que veio um requerente apresentar pedido de eliminação de tarifas de saneamento e resíduos sólidos urbanos referentes à fatura número dois mil e vinte zero zero zero cinco quatro seis seis cinco, emitida a dezassete de agosto de dois mil e vinte, pela firma AQUANENA - Empresa Municipal de Águas e Saneamento de Alcanena, Empresa Municipal, Sociedade Anónima. _____

_____ Anexa ao pedido carta emitida pela AQUANENA - Empresa Municipal de Águas e Saneamento de Alcanena, Empresa Municipal, Sociedade Anónima, a dezanove de agosto de dois mil e vinte, na qual se informa que os serviços técnicos se deslocaram ao local de consumo e comprovaram a existência de uma rotura, referindo que o consumo da mesma se reflete na fatura acima identificada. _____

_____ Face ao exposto, refere-se, na informação, que o pedido se encontra devidamente instruído e que reúne condições para o deferimento da redução das tarifas de Resíduos Sólidos Urbanos, por cumprirem os critérios definidos por Edital, número seis mil quinhentos e dez, datado de dezoito de junho de dois mil e vinte, com entrada em vigor no dia útil seguinte, nomeadamente por a AQUANENA - Empresa Municipal de Águas e Saneamento de Alcanena, Empresa Municipal, Sociedade Anónima, ter comprovado a existência rotura. _____

_____ Mais se propõe que se autorize a redução de tarifas de resíduos sólidos urbanos na fatura seguinte, caso a mesma contenha consumo resultante da rotura confirmada. _____

_____ Deverão ser informados o requerente e a AQUANENA - Empresa Municipal de Águas e Saneamento de Alcanena, Empresa Municipal, Sociedade Anónima, da respetiva decisão administrativa e de que compete a esta entidade a decisão sobre a aprovação da redução das tarifas de saneamento, considerando essa competência delegada ao abrigo do contrato de gestão delegada., celebrado entre o município e esta entidade. _____

_____ Deverá ser informado o requerente de que o pedido de redução de tarifas de saneamento dever ser efetuado junto da AQUANENA - Empresa Municipal de Águas e Saneamento de Alcanena, Empresa Municipal, Sociedade Anónima. _____

_____ **Deliberação tomada por unanimidade:** Deferido o pedido de redução de tarifas de resíduos sólidos urbanos, referentes à fatura número dois mil e vinte zero zero zero cinco quatro seis seis cinco, emitida a dezassete de agosto de dois mil e vinte, pela firma AQUANENA - Empresa Municipal de Águas e Saneamento de Alcanena, Empresa Municipal, Sociedade Anónima. _____

_____ Autorizada a redução de tarifas de resíduos sólidos urbanos na fatura seguinte, caso a mesma contenha consumo resultante da rotura confirmada. _____

_____ Informar o requerente e a AQUANENA - Empresa Municipal de Águas e Saneamento de Alcanena, Empresa Municipal, Sociedade Anónima, da respetiva decisão administrativa e de que compete a esta entidade a decisão sobre a aprovação da redução das tarifas de saneamento, considerando essa competência delegada ao abrigo do contrato de gestão delegada., celebrado entre o município e essa entidade. _____

_____ Informar, também, o requerente, de que o pedido de redução de tarifas de saneamento dever ser efetuado junto da AQUANENA - Empresa Municipal de Águas e Saneamento de Alcanena, Empresa Municipal, Sociedade Anónima. _____

_____ **2.d) Despacho de encerramento das Piscinas Municipais de Alcanena e de Minde. Documento referência doze mil setecentos e quarenta e nove – doze mil setecentos e quarenta e oito/dois mil e vinte, Processo referência 2020/100.10.200/30. (Para ratificação)** _____

_____ Presente à reunião, para ratificação, o Despacho número doze mil setecentos e quarenta e nove – doze mil setecentos e quarenta e oito/dois mil e vinte, exarado pela Senhora Presidente de Câmara a vinte e um de setembro findo, no qual determinou o encerramento ao público das Piscinas Municipais de Alcanena e Minde, sendo que o mesmo tem aplicação imediata e vigora até ao dia trinta e um de dezembro de dois mil e

Reunião de 06/10/2020

vinte, caso não haja despacho em contrário, avaliando-se, nessa data, a sua continuidade. _____

_____ **A Excelentíssima Senhora Presidente da Câmara** efetuou o enquadramento do assunto, afirmando que as Piscinas Municipais eram, de facto, equipamentos muito suscetíveis a diferenças de temperatura, de ventilações e evaporações, pelo que se levantavam dúvidas de poderem vir a promover situações relacionadas com gripes. Referiu que se tratava de uma decisão de carácter preventivo, até ao final do ano. _____

_____ Solicitou do uso da palavra a **Vereadora, Senhora Maria João Vaz Monteiro de Abreu Rodolfo**, afirmando que a Vereadora Maria João Martins Antunes Gomez já tinha dado conta desta situação, na reunião anterior. Questionou, no entanto, em relação aos equipamentos sanitários que se mantinham em funcionamento nas paragens dos autocarros, se existia algum plano de reforço no que respeitava a ações de limpeza e vigilância dos mesmos. _____

_____ **A Excelentíssima Senhora Presidente da Câmara** respondeu que a limpeza das instalações sanitárias em questão era efetuada pela Assistente Operacional em funções no Quartel dos Bombeiros Municipais de Alcanena. _____

_____ **Às dezasseis horas e trinta e dois minutos, ausentou-se da sala o Vereador, Senhor João Carlos Braga Correia Pinto**, não participando da deliberação deste assunto. _____

_____ **Deliberação, tomada por unanimidade dos presentes:** Ratificado o Despacho número doze mil setecentos e quarenta e nove – doze mil setecentos e quarenta e oito/dois mil e vinte, exarado pela Senhora Presidente de Câmara a vinte e um de setembro findo, no qual determinou o encerramento ao público das Piscinas Municipais de Alcanena e Minde, sendo que o mesmo tem aplicação imediata e vigora até ao dia trinta e um de dezembro de dois mil e vinte, caso não haja Despacho em contrário, avaliando-se, nessa data, a sua continuidade. _____

_____ **2.e) Abertura de procedimento concursal comum com vista à constituição de reserva de recrutamento em regime de contrato de trabalho em funções públicas por termo incerto para vinte postos de trabalho da carreira e categoria de assistente operacional na área de ação educativa, manutenção e limpeza de espaços educativos, para substituição nos postos de trabalho pertencentes ao Mapa de Pessoal do Município. Documento referência treze mil**

quinhentos e vinte e oito/dois mil e vinte, Processo referência 2020/150.20.200/6.
(Para deliberação)_____

_____ Presente à reunião a Proposta mencionada em epígrafe, na qual se propõe, ao abrigo do disposto nos artigos trigésimo e trigésimo terceiro, número um, da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei número trinta e cinco/dois mil e catorze, de vinte de junho e artigos quarto e nono, do Decreto-Lei número duzentos e nove/dois mil e nove, de três de setembro:_____

_____ 1. A aprovação de abertura procedimento concursal (afigurando-se o presente procedimento concursal não circunscrito a trabalhadores com prévia relação jurídica de emprego público como instrumento adequado, uma vez que se pretende criar bolsas de recrutamento que garantam a plena satisfação das necessidades futuras de recursos humanos na área funcional da Ação Educativa e colmatar necessidades pontuais relacionadas com o absentismo) para a constituição de reservas de recrutamento, para o exercício de funções na área da ação educativa, manutenção e limpeza do Município, até ao limite da substituição de vinte postos de trabalho pertencentes à carreira e categoria de assistente operacional (área de ação educativa, limpeza e manutenção), previstos e ocupados no mapa de pessoal do Município de Alcanena, ocorrendo a substituição por recurso à reserva de recrutamento constituída para o efeito, sempre que ocorra uma situação de ausência justificada em situação de doença ou análoga. _____

_____ 2. Que o Júri do concurso seja constituído pelos seguintes elementos: _____

_____ Presidente - Isabel Cristina Ferreira Carvalho, Dirigente Intermédio de Segundo Grau da Divisão de Desenvolvimento Social e Humano; _____

_____ Vogais efetivos – Sónia Isabel Pereira da Silva, Técnica Superior de recursos humanos, a exercer funções no Setor de Recursos Humanos e Rui Pedro Costa Silva, Técnico Superior, a exercer funções no Setor de Educação, pertencente à Divisão de Desenvolvimento Social e Humano; _____

_____ Vogais suplentes - Nancy Marques Rodrigues, Técnica Superior, a exercer funções no Setor de Recursos Humanos e Mónica Salomé Jorge Cardoso, Assistente Técnica a exercer funções na DCTVP – Divisão de Cultura Turismo e Valorização do Património. _____

_____ A presidente do júri será substituída nas suas faltas e impedimentos pela primeira vogal efetiva. _____

Reunião de 06/10/2020

_____ A proposta assenta nos seguintes considerandos: _____

_____ "Considerando: _____

_____ 1. O processo de descentralização administrativa e a transferência de competência no domínio da educação para o Município de Alcanena com a transição do pessoal não docente para o Mapa de Pessoal da Câmara no próximo ano letivo dois mil e vinte/dois mil e vinte e um; _____

_____ 2. Foi aprovado na sessão de Assembleia Municipal, realizada no dia cinco de junho de dois mil e vinte, a Primeira Alteração ao Mapa de Pessoal dois mil e vinte da Câmara Municipal de Alcanena, com a integração de oito postos de trabalho, a prover em regime de contrato a termo para constituição de uma reserva de recrutamento para exercício de funções de auxiliar de ação educativa no Município de Alcanena. _____

_____ 3. A necessidade não se configura circunscrita a trabalhadores com prévia relação jurídica de emprego público, observando-se que a constituição da reserva de recrutamento é um instrumento adequado, uma vez que se pretende criar bolsas de recrutamento que garantam a plena satisfação das necessidades futuras de recursos humanos na área funcional da ação educativa, manutenção e limpeza dos estabelecimentos de ensino, cumprindo-se assim com as competências em matéria de educação objeto de transferência ao abrigo do Decreto-Lei número vinte e um/dois mil e dezanove, de trinta de janeiro. _____

_____ 4. O Mapa de Pessoal do Município de Alcanena para o ano de dois mil e vinte foi alterado, passando a conter os postos de trabalho necessários para o cumprimento das atividades de natureza temporária (a termo certo) a desenvolver durante o presente ano, estando previsto no mesmo, prover por via de uma reserva de recrutamento oito postos de trabalho pertencentes à carreira e categoria de assistente operacional, área funcional da ação educativa, manutenção e limpeza. _____

_____ 5. Ao tempo, a referenciada constituição da reserva de recrutamento encontra-se em fase final do procedimento concursal, admitindo-se no atual contexto (pandemia) e realidade presente, com a efetivação da aceitação, a um de setembro do corrente ano, das competências no domínio da educação que a reserva constituída é de todo insuficiente para as reais necessidades em termos de recursos humanos. _____

_____ 6. As exigências diárias que se nos colocam em termos de recursos humanos em espaços educativos para atender às situações escolares, no atual contexto de pandemia, são inúmeras e a elevada taxa de absentismo que se faz sentir não nos permitem estabilizar os recursos humanos afetos aos estabelecimentos de ensino. _____

_____ 7. Atualmente, o Município conta com sete assistentes operacionais em situação de doença prolongada e maternidades, mais três assistentes operacionais a trabalhar a tempo parcial por situações decorrentes de acidente em serviço, fisioterapias, entre outros. Do Pessoal Não Docente pertencente ao Agrupamento de Escolas de Alcanena que transitou para o Município de Alcanena, a um de setembro do corrente ano, temos atualmente seis assistentes operacionais em situação de doença e duas em situação de risco para o COVID (ausentes durante um mês ao abrigo das medidas de apoio ao COVID, com faltas justificadas)._____

_____ 8. As orientações da Direção-Geral da Saúde e do Ministério da Educação em matéria de organização dos tempos de trabalho das assistentes operacionais afetas aos estabelecimentos de ensino e o reforço destes recursos humanos no âmbito das exigências que a pandemia nos obriga, é imprescindível procedermos à constituição de uma reserva de recrutamento, para suprimimento de necessidades temporárias e imediatas que derivem de situação de doenças e que só possam ser colmatadas com uma substituição no posto de trabalho, ainda que temporária e incerta temporalmente. _____

_____ 9. De acordo com o disposto no número um, do artigo trigésimo do anexo à Lei trinta e cinco/dois mil e catorze, de vinte de junho, os serviços da Administração Pública, em face do previsto no Mapa de Pessoal, verificam a necessidade de promover o recrutamento dos trabalhadores necessários à ocupação de postos de trabalho criados e não ocupados, sendo que, nos termos do número quatro do mesmo artigo, conjugado com o artigo quarto, número um do Decreto-Lei número duzentos e nove/dois mil e nove, de três de setembro, mediante parecer favorável do órgão executivo pode proceder-se ao recrutamento de trabalhadores com vínculo de emprego público a termo ou sem vínculo emprego público, mediante procedimento concursal. _____

_____ 10. Nos termos do disposto da Lei do Trabalhos em Funções Públicas, por regra, o recrutamento é feito por procedimento concursal restrito, no entanto, este é não circunscrito a trabalhadores com prévia relação jurídica de emprego público considerando que a constituição de uma reserva de recrutamento é um instrumento adequado, uma vez que se pretende criar bolsas de recrutamento que garantam a plena satisfação das necessidades futuras de recursos humanos na área funcional da ação educativa, manutenção e limpeza, para o exercício de funções na área da ação educativa do Município. _____

_____ 11. As carreiras e categorias de Técnico Superior, Assistente Técnico e Assistente Operacional, correspondem a carreiras de regime geral, previstas na Lei do Trabalho em Funções Públicas, efetuando-se o respectivo recrutamento mediante o disposto na Portaria número cento e vinte e cinco-A/dois mil e dezanove, de trinta de abril. _____

_____ 12. De acordo com o previsto no artigo terceiro, da Portaria número cento e vinte e cinco-A/dois mil e dezanove, de trinta de abril, os procedimentos concursais revestem a modalidade de comum, sempre que se destine ao imediato recrutamento para ocupação de postos de trabalho previstos, e não ocupados, nos mapas de pessoal dos órgãos ou serviços, bem como de necessidades futuras do empregador público, ainda que pontuais e incertas, para assegurar a substituição de trabalhadores ausentes por motivos de doença. _____

_____ 13. Que a abertura de procedimento carece de parecer favorável do órgão executivo de acordo com o disposto no número um, do artigo trigésimo do anexo à Lei trinta e cinco/dois mil e catorze, de vinte de junho, conjugado com o artigo quarto, número um, do Decreto-Lei duzentos e nove/dois mil e nove, de três de setembro”. _____

_____ **A Excelentíssima Senhora Presidente da Câmara** prestou alguns esclarecimentos sobre o assunto, referindo que aquele procedimento visava a existência de uma reserva para recrutar em face de necessidades de substituição urgente, por motivos de absentismo, de faltas das mais variadas naturezas. Com essa bolsa de recursos humanos, os mesmos seriam chamados a substituir alguém que ficasse, por qualquer motivo, de baixa ou impossibilitado de exercer as suas funções. _____

_____ **Às dezasseis horas e trinta e quatro minutos, regressou à sala o Vereador, Senhor João Carlos Braga Correia Pinto**, tomando parte na discussão e na votação dos restantes assuntos da ordem de trabalhos. _____

_____ Prosseguiu a **Excelentíssima Senhora Presidente da Câmara**, referindo que, com a Transferência de Competências na Área da Educação, todas as assistentes operacionais de todos os Estabelecimentos de Ensino do Concelho passaram aos Quadros da Câmara Municipal. Tendo em conta que se tratava de uma abrangência muito grande, e sendo que o absentismo, por vezes, era elevado, pelos mais variados motivos, quer por motivos de doença natural, quer devido ao COVID-19, ficava-se, assim, com uma reserva de, pelo menos, vinte pessoas. Recordou que já tinha sido anteriormente aprovada uma reserva de recrutamento de oito pessoas, estando o concurso a terminar. Na altura, pensaram que oito seriam suficientes, porque havia

cinco pessoas de baixa, mas chegaram à conclusão de que eram precisas mais, considerando a dinâmica de absentismo que era quase imprevisível, que podia acontecer em qualquer altura, em qualquer escola e que, no limite, podia até acontecer em todas as escolas, em simultâneo. Optara-se, assim, por ter uma reserva mais confortável de vinte assistentes operacionais que, somando às oito do concurso anterior, perfaziam um total de vinte e oito. _____

_____ A presente Proposta e demais documentos anexos ficam arquivados no maço de documentos pertencentes a esta Ata. _____

_____ **Deliberação, tomada por unanimidade:** Aprovada a abertura de procedimento concursal (afigurando-se o presente procedimento concursal não circunscrito a trabalhadores com prévia relação jurídica de emprego público como instrumento adequado, uma vez que se pretende criar bolsas de recrutamento que garantam a plena satisfação das necessidades futuras de recursos humanos na área funcional da Ação Educativa e colmatar necessidades pontuais relacionadas com o absentismo) para a constituição de reservas de recrutamento, para o exercício de funções na área da ação educativa, manutenção e limpeza do Município, até ao limite da substituição de vinte postos de trabalho pertencentes à carreira e categoria de assistente operacional (área de ação educativa, limpeza e manutenção), previstos e ocupados no Mapa de Pessoal do Município de Alcanena, ocorrendo a substituição por recurso à reserva de recrutamento constituída para o efeito, sempre que ocorra uma situação de ausência justificada em situação de doença ou análoga. _____

_____ Aprovado a seguinte constituição do Júri do concurso: _____

_____ Presidente - Isabel Cristina Ferreira Carvalho, Dirigente Intermédio de Segundo Grau da Divisão de Desenvolvimento Social e Humano; _____

_____ Vogais efetivos – Sónia Isabel Pereira da Silva, Técnica Superior de Recursos Humanos, a exercer funções no Setor de Recursos Humanos e Rui Pedro Costa Silva, Técnico Superior, a exercer funções no Setor de Educação, pertencente à Divisão de Desenvolvimento Social e Humano; _____

_____ Vogais suplentes - Nancy Marques Rodrigues, Técnica Superior, a exercer funções no Setor de Recursos Humanos e Mónica Salomé Jorge Cardoso, Assistente Técnica a exercer funções na DCTVP – Divisão de Cultura Turismo e Valorização do Património. _____

_____ A presidente do júri será substituída nas suas faltas e impedimentos pela primeira vogal efetiva. _____

_____ Solicitou do uso da palavra a **Vereadora, Senhora Maria João Martins Antunes Gomez** para informar de que acabara de ter conhecimento de que a Educadora do Jardim de Infância de Monsanto tinha caído e de que iam os Bombeiros a caminho. Quis, com aquilo dizer que, independentemente de questões de saúde, que todos conheciam, também aconteciam aquelas fatalidades, não só a nível das assistentes operacionais. _____

_____ **2.f) Despacho de interrupção de trânsito para a realização de uma batida de caça aos javalis, em Raposeira, Alcanena, a vinte e seis de setembro de dois mil e vinte, solicitada pela Secção de Caça do Grupo Desportivo e Recreativo da Graça. Documento referência treze mil duzentos e quarenta e seis/dois mil e vinte, Processo referência 2020/550.10.001/10. (Para conhecimento)** _____

_____ Presente à reunião, para conhecimento, o Despacho mencionado em epígrafe, no qual se autorizou o condicionamento de trânsito para a realização de uma batida de caça aos javalis, levada a efeito no dia vinte e seis de setembro, na Rua das Hortas, Raposeira, Alcanena, organizado pela Secção de Caça do Grupo Desportivo e Recreativo da Graça - Bugalhos. _____

_____ **Deliberação:** Tomado conhecimento. _____

_____ **2.1 – SUBUNIDADE DE GESTÃO FINANCEIRA, PATRIMONIAL E CONTROLO ORÇAMENTAL** _____

_____ **2.1.a) Alteração trinta e nove ao Orçamento e trinta e oito às Grandes Opções do Plano - Ano de dois mil e vinte. Documento referência doze mil trezentos e sessenta e seis – doze mil trezentos e oitenta e nove/dois mil e vinte, Processo referência 2020/350.10.001/42. (Para conhecimento)** _____

_____ Presente a listagem mencionada em epígrafe. _____

_____ A **Excelentíssima Senhora Presidente da Câmara** deu conhecimento à Câmara da presente listagem. _____

_____ **Deliberação:** - Tomado conhecimento. _____

_____ **2.1.b) Alteração quarenta ao Orçamento e trinta e nove às Atividades Mais Relevantes - Ano de dois mil e vinte. Documento referência doze mil setecentos e vinte e seis/dois mil e vinte, Processo referência 2020/350.10.001/43. (Para conhecimento)** _____

_____ Presente a listagem mencionada em epígrafe. _____

_____ **A Excelentíssima Senhora Presidente da Câmara** deu conhecimento à Câmara da presente listagem. _____

_____ **Deliberação:** - Tomado conhecimento. _____

_____ **2.1.c) Autorização para Realização de Despesas correspondentes ao total dos documentos cabimentados no período de onze a vinte e quatro de setembro de dois mil e vinte, no valor global de € 162.672,36 (cento e sessenta e dois mil, seiscentos e setenta e dois euros e trinta e seis centavos). Documento referência treze mil cento e oitenta e cinco/ dois mil e vinte, processo referência 2020/300.50.400/2 (Para conhecimento)** _____

_____ Presente a listagem mencionada em epígrafe. _____

_____ **A Excelentíssima Senhora Presidente da Câmara** deu conhecimento à Câmara da presente listagem. _____

_____ **Deliberação:** - Tomado conhecimento. _____

_____ **2.1.d) Relação dos Compromissos efetuados no período de onze e vinte e quatro de setembro de dois mil e vinte, no valor total de €76.751,43 (setenta e seis mil, setecentos e cinquenta e um euros e quarenta e três centavos). Documento referência treze mil cento e oitenta e seis/ dois mil e vinte, processo referência 2020/300.50.400/3. (Para conhecimento)** _____

_____ Presente a listagem mencionada em epígrafe. _____

_____ **A Excelentíssima Senhora Presidente da Câmara** deu conhecimento à Câmara da presente listagem. _____

_____ **Deliberação:** - Tomado conhecimento. _____

_____ **2.1.e) Relação das Ordens de Pagamento autorizados por Despacho no período de onze a vinte e quatro de setembro de dois mil e vinte. Documento referência treze mil cento e oitenta e sete/dois mil e vinte, processo referência 2020/300.50.400/4.** _____

_____ **- Operações Orçamentais no valor total de €951.470,49 (novecentos e cinquenta um mil, quatrocentos e setenta euros e quarenta e nove centavos), correspondentes às autorizações números três mil e cinquenta e cinco a três mil duzentos e cinquenta e nove;** _____

_____ **- Operações de Tesouraria no valor total de €472,50 (quatrocentos e setenta e dois euros e cinquenta centavos), correspondentes às autorizações**

números duzentos e trinta e nove a duzentos e quarenta e dois-M. (Para conhecimento) _____

_____ Presente a listagem mencionada em epígrafe. _____

_____ **A Excelentíssima Senhora Presidente da Câmara** deu conhecimento à Câmara da presente listagem. _____

_____ **Deliberação:** - Tomado conhecimento. _____

_____ **2.1.f) Relação dos Pagamentos efetuados no período de onze a vinte e quatro de setembro de dois mil e vinte. Documento referência treze mil cento e oitenta e oito/dois mil e vinte, processo referência 2020/300.50.400/5;** _____

_____ **- Pagamentos de Operações Orçamentais: €496.023,79 (quatrocentos e noventa e seis mil e vinte e três euros e setenta e nove centimos);** _____

_____ **- Pagamentos de Operações de Tesouraria no valor total de €15.722,50 (quinze mil, setecentos e vinte e dois euros e cinquenta centimos). (Para conhecimento)** _____

_____ Presente a listagem mencionada em epígrafe. _____

_____ **A Excelentíssima Senhora Presidente da Câmara** deu conhecimento à Câmara da presente listagem. _____

_____ **Deliberação:** - Tomado conhecimento. _____

_____ **2.1.h) Resumo Diário da Tesouraria do dia útil anterior ao da reunião (Para conhecimento).** _____

_____ Presente, para conhecimento, o Resumo Diário de Tesouraria do dia dois de outubro de dois mil e vinte, o qual acusa um saldo de 1.683.648,44 (um milhão, seiscentos e oitenta e três mil, seiscentos e quarenta e oito euros e quarenta e quatro centimos), sendo 1.278.042,31€ (um milhão, duzentos e setenta e oito mil e quarenta e dois euros e trinta e um centimos) e de Operações Orçamentais e 405.606,13€ (quatrocentos e cinco mil, seiscentos e seis euros e treze centimos) de Operações de Tesouraria. _____

_____ **Deliberação:** - Tomado conhecimento. _____

_____ **3 – DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO HUMANO E SOCIAL** _____

_____ **4 – DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E URBANISMO** _____

_____ **5 – DIVISÃO DE PLANEAMENTO E GESTÃO DE OBRAS MUNICIPAIS** _____

_____ **5.1 - Projeto de Regulamento de Serviços de Abastecimento de Água e de Saneamento de Águas Residuais Urbanas do Concelho de Alcanena – Início de Procedimento. Documento referência treze mil seiscentos e vinte e três/dois mil e vinte, Processo referência 2019/300.20.401/2. (Para deliberação)** _____

_____ Presente à reunião a informação mencionada em epígrafe, na qual se propõe que se dê início ao procedimento e participação procedimental do Regulamento de Serviços de Abastecimento de Água e de Saneamento de Águas Residuais Urbanas do Concelho de Alcanena. _____

_____ Assim, coloca-se à consideração da Câmara Municipal, nos termos do disposto no artigo nonagésimo oitavo do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei número quatro/dois mil e quinze, de sete de janeiro: _____

_____ 1 - Determinar o início do procedimento conducente à elaboração do Regulamento de Serviços de Abastecimento de Água e de Saneamento de Águas Residuais Urbanas do Concelho de Alcanena e mandar proceder à publicitação do início do procedimento e participação procedimental, na internet, no “site” do Município, com a indicação: _____

_____ - Do órgão que decidiu desencadear o procedimento: Câmara Municipal; _____

_____ - Da data em que o mesmo se iniciou: data da deliberação de Câmara Municipal; _____

_____ - Do seu objeto e âmbito de aplicação: Estabelecer as regras e condições para o Regulamento de Serviços de Abastecimento de Água e de Saneamento de Águas Residuais Urbanas do Concelho de Alcanena. _____

_____ - Da forma e prazo como se pode processar a constituição como interessados e a apresentação de contributos para a elaboração do regulamento: Que se constituam como interessados, estabelecendo-se o prazo de dez dias úteis, os particulares e as entidades que comprovem a respetiva legitimidade, nos termos previstos no artigo sexagésimo oitavo, número um do Código do Procedimento Administrativo, mediante declaração escrita nesse sentido, endereçado ao responsável pela direção do procedimento, a qual deve indicar os dados necessários à comprovação da legitimidade e deve ser apresentada pessoalmente no Balcão Único de atendimento da Câmara, ou enviada por email para geral@cm-alcanena.pt, propondo-se que os contributos sejam apresentados da mesma forma. _____

Reunião de 06/10/2020

_____ 2 - Designar, nos termos do disposto no artigo quinquagésimo quinto do Código do Procedimento Administrativo, o responsável pela direção do procedimento, nele delegando o poder de direção do procedimento, podendo praticar todos os atos e formalidades que sejam necessários à sua condução, designadamente, promovendo a sua instrução, a audiência de interessados, análise dos contributos, a consulta ou a solicitação de pareceres a quaisquer entidades ou autoridades, quando necessário, realização das consultas públicas, nos termos das normas legais aplicáveis. Tal designação deve, também, constar do edital de início do procedimento. _____

_____ Após o início do procedimento deverão, depois, seguir-se os demais trâmites previstos no CPA – Código do Procedimento Administrativo. _____

_____ **A Excelentíssima Senhora Presidente da Câmara Municipal** prestou alguns esclarecimentos sobre o assunto, referindo que o processo de Revisão do Regulamento de Serviços de Abastecimento de Água e de Saneamento de Águas Residuais Urbanas do Concelho de Alcanena estava a ser articulado entre o Município e a própria AQUANENA – Empresa Municipal de Águas e Saneamento de Alcanena, Empresa Municipal, Sociedade Anónima, entidade gestora. Informou que a Proposta de Regulamento seria presente à próxima reunião de Câmara. _____

_____ **Deliberação, tomada por unanimidade:** Aprovado dar-se início ao procedimento e participação procedimental do Regulamento de Serviços de Abastecimento de Água e de Saneamento de Águas Residuais Urbanas do Concelho de Alcanena e, nos termos do disposto no artigo nonagésimo oitavo do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei número quatro/dois mil e quinze, de sete de janeiro: _____

_____ 1 - Determinado o início do procedimento conducente à elaboração do Regulamento de Serviços de Abastecimento de Água e de Saneamento de Águas Residuais Urbanas do Concelho de Alcanena e mandar proceder à publicitação do início do procedimento e participação procedimental, na internet, no “site” do Município, com a indicação: _____

_____ - Órgão que decidiu desencadear o procedimento: Câmara Municipal; _____

_____ - Data em que o mesmo se iniciou: data da deliberação de Câmara Municipal (seis de outubro de dois mil e vinte); _____

_____ - Objeto e âmbito de aplicação: Estabelecer as regras e condições para o Regulamento de Serviços de Abastecimento de Água e de Saneamento de Águas Residuais Urbanas do Concelho de Alcanena. _____

_____ - Forma e prazo como se pode processar a constituição como interessados e a apresentação de contributos para a elaboração do regulamento: que se constituam como interessados, estabelecendo-se o prazo de dez dias úteis, os particulares e as entidades que comprovem a respetiva legitimidade, nos termos previstos no artigo sexagésimo oitavo, número um do Código do Procedimento Administrativo, mediante declaração escrita nesse sentido, endereçado ao responsável pela direção do procedimento, a qual deve indicar os dados necessários à comprovação da legitimidade e deve ser apresentada pessoalmente no Balcão Único de atendimento da Câmara, ou enviada por email para geral@cm-alcanena.pt, propondo-se que os contributos sejam apresentados da mesma forma. _____

_____ 2 - Designada, nos termos do disposto no artigo quinquagésimo quinto do Código do Procedimento Administrativo, a responsável pela direção do procedimento, Maria de Lurdes Silva de Sousa, nela delegando o poder de direção do procedimento, podendo praticar todos os atos e formalidades que sejam necessários à sua condução, designadamente, promovendo a sua instrução, a audiência de interessados, análise dos contributos, a consulta ou a solicitação de pareceres a quaisquer entidades ou autoridades, quando necessário, a realização das consultas públicas, nos termos das normas legais aplicáveis. Tal designação deve, também, constar do edital de início do procedimento. _____

_____ Após o início do procedimento deverão, depois, seguir-se os demais trâmites previstos no CPA – Código do Procedimento Administrativo. _____

_____ **5.2 - Normas do Programa de Apoio de Esterilização de Animais de Companhia. Documento referência treze mil quinhentos e vinte e sete/dois mil e vinte, Processo referência 2020/100.10.200/66. (Para deliberação)** _____

_____ Presente à reunião a Proposta identificada em epígrafe, na qual se propõe a aprovação da criação de um Programa de Apoio de Esterilização de Animais de Companhia do Município de Alcanena, que se regerá pelas normas constantes do documento anexo à proposta. _____

_____ A Proposta é do seguinte teor: _____

_____ “I – DA JUSTIFICAÇÃO E ENQUADRAMENTO LEGAL _____

_____ Considerando: _____

_____ 1. O Município de Alcanena, tendo presente as preocupações que se prendem com a proteção, o bem-estar e a saúde animal, pretende implementar medidas

Reunião de 06/10/2020

que contribuam para o controle da população de animais de companhia, vadios e errantes, como forma de minimizar comportamentos de risco e de desincentivar o seu abandono; _____

_____ 2. A deambulação de animais vadios e errantes constitui um problema de segurança e saúde pública, facilitando a degradação da higiene urbana e a proliferação de matilhas de cães selvagens; _____

_____ 3. As condições de vida das populações têm implicações no abandono de animais de companhia, com custos para os Municípios; _____

_____ 4. A Lei número vinte e sete/dois mil e dezasseis, de vinte e três de agosto, aprova medidas para a criação de uma rede de centros de recolha oficial de animais (CROs) e estabelece a proibição do abate de animais errantes como forma de controlo da população, privilegiando a esterilização; _____

_____ 5. A esterilização mostra-se adequada e proporcional aos objetivos pretendidos, sendo também indicada para a prevenção de algumas doenças e comportamentos agressivos associados à reprodução animal; _____

_____ 6. Reconhece-se, assim, a necessidade e a vantagem da esterilização, como medida para controlo reprodutivo e erradicação do abandono animal; _____

_____ 7. O Despacho número seis mil seiscientos e quinze/dois mil e vinte, de vinte e cinco de junho, que autoriza a transferência do montante de quinhentos mil euros, proveniente da dotação de receitas de impostos do orçamento de funcionamento da Direção-Geral de Alimentação e Veterinária (DGAV), para apoiar os centros de recolha oficial de animais (CRO) nos processos de esterilização de cães e gatos de companhia, e a transferência do montante de cento e cinquenta mil euros para a realização de ações de sensibilização da população para os benefícios da esterilização de animais não destinados à criação, a que o Canil Intermunicipal se candidatou. _____

_____ 8. O Município de Alcanena pretende garantir, apoiando os custos da esterilização dos animais de companhia – canídeos e felídeos, uma vez que muitos dos detentores não dispõem de recursos económicos para tal, levando ao abandono destes animais, com implicações para a saúde pública; _____

_____ 9. Torna-se necessário elaborar um conjunto de normas que defina o âmbito, as condições de acesso e pressupostos aplicáveis ao Programa de Esterilização de Animais de Companhia. _____

_____ II – DA PROPOSTA EM SENTIDO ESTRITO _____

_____ Assim, de acordo com as razões de facto e de direito suprarreferidas, proponho à Câmara Municipal que delibere aprovar a criação de um Programa de Apoio de Esterilização de Animais de Companhia do Município de Alcanena que se regerá pelas normas constantes do documento anexo a esta proposta. _____

_____ III – Da Divulgação _____

_____ Caso a presente proposta venha a merecer aprovação do executivo municipal, dever-se-á proceder à divulgação pública da mesma, através da afixação de editais, nos lugares de estilo, Boletim Municipal e Internet”. _____

_____ **A Excelentíssima Senhora Presidente da Câmara Municipal** passou a palavra ao Vereador Hugo André Silva Ferreira Santarém, dado que era ele a pessoa responsável pelo acompanhamento com o Canil/Gatil Intermunicipal. _____

_____ **O Vereador, Senhor Hugo André Silva Ferreira Santarém** começou por referir que iria fazer um enquadramento muito simples, informando que estaria, naturalmente, disponível para quaisquer esclarecimentos que os Senhores Vereadores entendessem como necessários. Aludiu à Lei número vinte e sete/dois mil e dezasseis que, além de criar os Centros de Recolha Oficial de Animais (CROs), sendo que, no caso do Concelho de Alcanena, o Canil/Gatil Intermunicipal de Torres Novas, Alcanena, Entroncamento e Barquinha era considerado um CRO – Centro de Recolha Oficial de Animais, a referida lei também viera proibir o abate de canídeos e gatídeos para efeitos de controlo da população, privilegiando as esterilizações. Disse que, no ano anterior, tinha havido um programa específico de apoio às esterilizações, sendo que, na altura, o CRO – Centro de Recolha Oficial de Animais tinha acabado por não se candidatar. No ano em curso, estava em condições de o fazer, estando a candidatura já pré-aprovada, havendo, depois, no âmbito da candidatura, a necessidade de remeter os quantitativos e as listagens dos animais que eram esterilizados no âmbito do programa. O apoio era relativamente simples, financiando diretamente as pessoas particulares, as associações e as empresas que se deslocassem a uma clínica para proceder à esterilização dos seus animais, desde que fossem, naturalmente, salvaguardadas questões de vacinação e de chipagem, ou seja, os animais tinham que reunir uma série de requisitos para poderem beneficiar do apoio. _____

_____ Informou que as normas presentes à reunião de Câmara já tinham sido presentes às reuniões de Câmara de Torres Novas e do Entroncamento e seriam presentes, ainda no decorrer daquela semana, à reunião da Câmara Municipal de Vila

Nova da Barquinha, sendo normas idênticas, para enquadrar o apoio no âmbito do CRO – Centro de Recolha Oficial de Animais, dado que se tratava de uma candidatura do CRO – Centro de Recolha Oficial de Animais, sendo a gestão do apoio processada por via do Canil/Gatil Intermunicipal, que geria, não só a recolha das listagens nos quatro Municípios, como procederia também aos reembolsos. _____

_____ De um valor total de trinta mil euros afetos ao CRO – Centro de Recolha Oficial de Animais, foram atribuídos, ao Município de Alcanena, cinco mil euros, sendo que, no âmbito daquela campanha, poderia também o Município de Alcanena fazer uma campanha de esterilização de duas colónias já identificadas, encontrando-se uma delas junto ao Cemitério Municipal de Alcanena, numa primeira fase, havendo ainda a possibilidade de se poder avançar para uma terceira colónia, num trabalho feito com o apoio da APA – Associação de Proteção dos Animais, de Torres Novas, que tinha atividade em Alcanena e que daria apoio na gestão das colónias, nomeadamente no acompanhamento efetivo após a esterilização. _____

_____ Referiu os apoios a atribuir: cinquenta e cinco euros para esterilização das cadelas; trinta euros para os cães, trinta e cinco euros para as gatas e quinze euros para gatos, estando previsto que, no próximo ano, voltasse a abrir candidatura idêntica. _____

_____ **O Vereador, Senhor João Carlos Braga Correia Pinto** disse que os apoios a atribuir deveriam ter sido calculados, em termos de percentagem, com base nos valores cobrados pelos veterinários. _____

_____ Continuou o **Vereador, Senhor Hugo André Silva Ferreira Santarém**, dizendo que a candidatura iria decorrer entre os dias doze de outubro e vinte de novembro, prevendo-se que, em dois mil e vinte um, provavelmente ainda no primeiro semestre, voltasse a existir uma nova candidatura, pelo que, quem não fosse a tempo de se candidatar naquela fase, poderia fazê-lo no ano seguinte, prevendo-se a continuidade do apoio. _ _____

_____ Voltando a referir a Lei número vinte e sete /dois mil e dezasseis, que impedia o abate dos animais, referiu que os canis, um pouco por todo o país, não tinham capacidade para recolher todos os animais errantes que deambulavam pelas urbes, pelo que a forma de fazer o controlo passava por via daquele programa de apoio à esterilização, prevendo-se, por isso, a existência de mais programas de apoio, no futuro.

_____ Solicitou do uso da palavra o **Vereador, Senhor João Carlos Braga Correia Pinto**, que perguntou como iria ser publicitado o programa, tendo em conta que o espaço temporal era relativamente curto, cerca de cinco semanas, já com início na

semana seguinte. Perguntou, por isso, como estava a ser pensada a publicidade daquela ação, se seria feita nas Juntas de Freguesia, nas redes sociais, ou seja, se existia algum plano de publicidade para aquele tipo de projeto. _____

_____ Questionou também, tendo em conta a proteção de dados, se estaria disponível, dia-a-dia, um mecanismo que permitisse saber o número de candidaturas já efetuadas, para que as pessoas que se quisessem candidatar dispusessem de alguma ferramenta que lhes permitisse saber se ainda poderiam fazê-lo, dado que o valor do apoio era finito. _____

_____ Em relação ao Canil/Gatil Intermunicipal, indagou se poderiam entrar com quatro animais naquele programa de esterilização ou se teriam de recorrer a um diferente plano de apoio, não podendo aquele organismo beneficiar do apoio relativo aos quatro animais que quisesse esterilizar. _____

_____ **Às dezasseis horas e quarenta e seis minutos, a Excelentíssima Senhora Presidente da Câmara informou que teria de abandonar a reunião,** uma vez que tinha o Comandante Distrital Mário Silvestre a aguardá-la para uma reunião, **tendo a presidência da reunião sido assumida pela Vereadora, Senhora Maria João Martins Antunes Gomez, a partir dessa hora.** _____

_____ Solicitou do uso da palavra a **Vereadora, Senhora Maria João Vaz Monteiro de Abreu Rodolfo**, referindo, como se dizia “o pouco é pouco e o nada é nada”, pelo que seriam sempre favoráveis a qualquer ajuda que fosse dada para a esterilização. Em termos do objetivo de o Município apoiar os custos de esterilização de animais de companhia, e tendo em conta que muitos dos detentores desses animais não dispunham de condições financeiras para tal, o que levava, muitas vezes, ao abandono dos animais e às consequentes implicações para a saúde pública, os preços de referência continuavam elevados para as pessoas em condições mais frágeis, sendo também os seus animais aqueles que estavam também em condições mais frágeis. Ressalvou que não queria, com aquela afirmação, dizer que os animais não fossem bem tratados, mas, muito provavelmente, os donos não reuniriam condições para os poder vacinar, para os chipar ou para os desparasitar. Referiu que, para essas pessoas, sobretudo nas aldeias, que se quisessem candidatar, o valor do apoio não seriam suficientes para vacinarem, desparasitarem e chiparem os animais. Adiantou que iriam votar favoravelmente aquela proposta, mas gostariam que, num outro quadro de apoio, houvesse, como já existia noutros municípios, uma campanha, que até podia ser articulada com o Canil/Gatil

Intermunicipal, direcionada para pessoas que não tinham mesmo condições financeiras, para que as mesmas pudessem vacinar e chipar os seus animais. Ela própria já tinha tido gatas e lembrava-se de ter despendido cento e cinquenta euros no veterinário, que considerava um dispêndio avultado. Por isso, considerava que seria bom se houvesse outro enquadramento, como havia noutros municípios, especificamente destinado a pessoas com comprovadas carências económicas, com um valor de reembolso superior ao apresentado na proposta em análise. Na sua opinião, as pessoas com carências económicas não iriam recorrer àquele programa, tendo em conta os valores de reembolso.

_____ Disse ainda que, no documento presente à reunião de Câmara, faltavam os termos em que seriam efetuados os reembolsos, após a esterilização. _____

_____ **O Vereador, Senhor Hugo André Silva Ferreira Santarém** afirmou que estava referido, na informação, o prazo em que seria feito o reembolso e passou a citar: “O Município de Alcanena remete a listagem dos animais esterilizados ao CRO – Canil Intermunicipal de Torres Novas, para proceder ao respetivo reembolso, o qual ocorrerá no prazo máximo de trinta dias”. _____

_____ Continuou afirmando que partilhava da opinião da Vereadora Maria João Vaz Monteiro de Abreu Rodolfo, mas lembrou que, até ali, não existia nenhum tipo de apoio para as questões de esterilização, sendo um custo assumido, na íntegra, por cada um dos proprietários. O problema que a Senhora Vereadora referira era que, quem não dispunha de recursos, não iria recorrer àquele programa, o que era, de facto, verdade. No entanto, o que de bom aquele programa trazia era que se tratava de uma primeira geração de programas de apoio que poderia levar a que, efetivamente, existisse um maior controlo sobre a população de errantes. E se partissem do pressuposto que seria um programa inicial, poderiam, no futuro, vir a ter programas de chipagem e de vacinação que viessem apoiar nessa matéria. Nesse sentido, não olhava para um primeiro programa achando que o mesmo era escasso, afirmando que não poderiam mexer nos valores, uma vez que eram os valores da candidatura. Aquilo que estava a ser feito era, nas próprias clínicas, uma tabela de preços, mas acessível, também para se associarem àquela campanha. Acrescentou que, no âmbito daquele programa de apoio, apenas poderiam ser utilizadas as clínicas do Concelho de Alcanena, estando já assumido, por uma das clínicas, que faria preços de tabela daquela campanha, estando-se a aguardar, até ao dia seguinte, a resposta da outra clínica, no sentido de fazer também um preço de campanha para apoiar aquele trabalho. _____

_____ Em relação à questão da publicidade, colocada pelo Vereador João Carlos Braga Correia Pinto, o **Vereador, Senhor Hugo André Silva Ferreira Santarém** respondeu que estava prevista a colocação de cartazes na rede de mupis do Concelho, o que se previa que acontecesse ainda naquela semana ou, no limite, na semana seguinte, assim como a divulgação do programa nas redes sociais e distribuição de cartazes nos locais habituais, para que a informação chegasse ao maior número de pessoas. _____

_____ Em relação ao número de candidaturas, e tendo em conta o valor que estava afeto ao programa, previa-se que o mesmo chegasse a cerca de cem animais, grosso modo, isso considerando que seriam apenas esterilizadas cadelas. Se fossem gatos, o número poderia ser superior, podendo falar-se entre cem a cento e cinquenta animais, o que já era bom, uma vez que a informação que tinha de outros municípios, que se tinham candidatado ao anterior programa, era de que tinham esgotado uma percentagem muito reduzida do valor que lhes fora atribuído. Disse que não queria avançar com um número que considerasse como aceitável, mas ficaria muito satisfeito se esgotassem os cinco mil euros. _____

_____ Acrescentou que a atribuição dos apoios seria efetuada à medida que os mesmos fossem chegando, no princípio de que o primeiro a chegar seria o primeiro a ser servido. _ _____

_____ Em relação ao processo das candidaturas, o mesmo era relativamente simples, bastando apenas confirmar a chipagem e a vacinação atualizada, pelo que, num curto espaço de tempo, a candidatura seria analisada e respondida. Se chegassem a esgotar a verba total, o que seria um sucesso, isso seria gerido com base nas candidaturas que chegassem, considerando que dispunham de grande margem para chegar a muitos animais. _____

_____ Solicitou novamente do uso da palavra o **Vereador, Senhor João Carlos Braga Correia Pinto**, referindo que talvez não tivesse sido muito explícito na segunda parte da sua pergunta. A sua questão não se prendia com o número de esterilizações que já eram feitas. O que perguntou foi se, quem pensasse em usufruir daquele programa, tinha algum mecanismo que lhe permitisse saber quantas candidaturas estavam aprovadas até uma determinada data, e saber se ainda dispunha de tempo para apresentar a sua candidatura. Nesse sentido, sugeriu que deveria, desde logo, ficar pensada uma ferramenta desse género, para usar em próximos quadros de apoio que, eventualmente, poderiam ter maior sucesso. _____

_____ **O Vereador, Senhor Hugo André Silva Ferreira Santarém** disse que estava a perceber a ideia do Vereador João Carlos Braga Correia Pinto – estava a falar de uma espécie de contador online. Afirmou que, de momento, isso não estava previsto e que existia um Técnico da DPGOM – Divisão de Planeamento e Gestão de Obras Municipais com a responsabilidade de acompanhar aquela campanha, sendo que o email e o número de telefone seriam disponibilizados nos cartazes. Esse Técnico estaria, em permanência, a dar todos os esclarecimentos que fossem solicitados relativamente à campanha. Defendeu que não se deveria deixar para o final do prazo a apresentação da candidatura, tendo em conta os procedimentos que tinham de ser cumpridos, assim como o facto de que todas as clínicas veterinárias da região teriam uma maior pressão naquela fase, pelo que os prazos de resposta poderiam vir a ser algo condicionados. Afirmou que, no final da candidatura, que terminava a vinte de novembro, dispunham ainda de alguns dias para conseguir encaixar algum tipo de derrapagem, sendo que, no fim do prazo de candidatura, os dados tinham que ser apresentados, sob pena de não haver reembolso. Tanto o Município de Alcanena como os outros Municípios tinham avançado com o prazo do dia vinte de novembro porque precisavam, depois, de alguns dias para fazer algum trabalho administrativo para submissão final da candidatura, com vista ao reembolso. _____

_____ Solicitou do uso da palavra a **Vereadora, Senhora Maria João Vaz Monteiro de Abreu Rodolfo** que afirmou talvez não ter sido muito clara na sua intervenção. Esclareceu que saudavam a iniciativa, sendo bem-vindo qualquer apoio. No entanto, na perspetiva de uma segunda campanha ou de outro formato que viesse a existir, seria importante integrar as pessoas com maior vulnerabilidade económica, porque eram essas que “punham os gatos e os cães a andar” ou que os deixavam formar as tais colónias. _____

_____ **A Excelentíssima Senhora Vice-Presidente da Câmara** afirmou, em jeito de conclusão, que, de acordo com o mais recente levantamento nacional, e até mundial, os dados demonstravam que nunca, como naquele momento, no território nacional, se investira tanto no apoio e no acompanhamento aos animais de companhia e aos animais de estimação, o que representava um dado quase histórico. Acrescentou que uma nação, um povo se avaliava também pelo respeito, pelo contributo e pelo acompanhamento que fazia aos seus animais de estimação. Aquele programa era também um contributo nesse sentido. _____

_____ A presente Proposta e demais documentos anexos ficam arquivados no maço de documentos pertencentes a esta Ata. _____

_____ **Deliberação, tomada por unanimidade:** Aprovado o Programa de Apoio de Esterilização de Animais de Companhia do Município de Alcanena e respetivas normas. _____

_____ **6 – DIVISÃO DE CULTURA, TURISMO E VALORIZAÇÃO DO PATRIMÓNIO** _____

_____ **7 – SERVIÇO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO CIVIL** _____

_____ **7.1 – Designação em Regime de Comissão de Serviço, do Coordenador Municipal de Proteção Civil. Documento referência treze mil trezentos e quarenta e dois/dois mil e vinte, Processo referência 2020/250.20.600/3. (Para conhecimento)**

_____ Presente à reunião, para conhecimento, o Despacho número treze mil trezentos e quarenta e dois/dois mil e vinte, exarado pela Senhora Presidente de Câmara a vinte e oito de setembro findo, no qual designou o licenciado em Proteção Civil, Paulo Jorge Montez da Silva, para o cargo de Coordenador Municipal de Proteção Civil, em Regime de Comissão de Serviço, pelo período de três anos, assegurando o exercício efetivo das competências cometidas a tal cargo, nomeadamente as que se encontram previstas no artigo décimo quinto-A da Lei número sessenta e cinco/dois mil e sete, aditado pelo Decreto-Lei número quarenta e quatro/dois mil e dezanove, de um de abril.

_____ A presente designação produz efeitos a partir de um de outubro de dois mil e vinte, por urgente conveniência de serviço, importando de imediato, assegurar o exercício efetivo das competências cometidas ao Coordenador Municipal de Proteção Civil, designadamente as previstas no artigo décimo quarto da Lei número sessenta e cinco/dois mil e sete, de doze de novembro, aditado pelo Decreto-Lei número quarenta e quatro/dois mil e dezanove, de um de abril. _____

_____ **A Senhora Vice-Presidente da Câmara Municipal** deu a palavra ao Vereador, Senhor Luís Miguel Martins Pires, para que o mesmo prestasse alguns esclarecimentos sobre o assunto. _____

_____ **O Vereador, Senhor Luís Miguel Martins Pires** informou que o Coordenador Municipal da Proteção Civil tinha entrado em funções no passado dia um de outubro e que se chamava Paulo Silva. Anteriormente, era Adjunto do Comando dos Bombeiros Municipais do Cartaxo. Como era do conhecimento dos Senhores Vereadores, as Câmaras Municipais eram obrigadas, por Lei, a ter um Coordenador

Reunião de 06/10/2020

Municipal de Proteção Civil. Acrescentou que Paulo Silva era um homem com muita experiência, tendo também sido Bombeiro em Alcanede. Sendo uma pessoa com muito conhecimento da realidade dos bombeiros, considerava que se tratava de uma mais-valia para o Concelho, não só para os Bombeiros Municipais de Alcanena, mas também para os Bombeiros Voluntários de Minde. A sua missão era coordenar os Corpos de Bombeiros do Concelho. Tratava-se de uma pessoa de trato fácil, o que era um bom princípio, e também com experiência na gestão de conflitos. Referiu que os Bombeiros Municipais de Alcanena iriam entrar numa fase em que passariam para a categoria de Sapadores, tendo já realizado parte dos testes para o efeito. Teriam, posteriormente, de ir fazer formação nos Bombeiros Sapadores de Lisboa, durante cerca de seis meses. Considerava que a vinda do Coordenador Municipal de Proteção Civil contribuía também para que a população ficasse mais descansada. _____

_____ Solicitou do uso da palavra a **Vereadora, Senhora Maria João Vaz Monteiro de Abreu Rodolfo**, dizendo que se associavam nas boas-vindas ao Coordenador Municipal de Proteção Civil, desejando-lhe os maiores sucessos profissionais e também pessoais. Tinham a noção de que lhe seriam colocados grandes desafios, até pela passagem dos Bombeiros de Alcanena a Bombeiros Sapadores, pelo que se avizinhava um ano muito preenchido, dado que seria o primeiro ano em que teriam de começar os exercícios contemplados no Plano Municipal de Proteção Civil. Reforçou que os votos de boas-vindas eram também extensivos aos Vereadores do Grupo Cidadãos por Alcanena. _____

_____ **O Vereador, Senhor Luís Miguel Martins Pires** acrescentou que o Gabinete do Coordenador Municipal de Proteção Civil ficaria sediado nos Bombeiros Municipais de Alcanena e que também daria apoio ao Gabinete Técnico Florestal. Referiu, ainda, que a sua nomeação tinha também o aval do Comandante Distrital, Mário Silvestre. _____

_____ O presente Despacho e demais documentos anexos ficam arquivados no maço de documentos pertencentes a esta Ata. _____

_____ **Deliberação:** Tomado conhecimento. _____

_____ **PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO** _____

_____ **APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA** _____

_____ **Às dezassete horas e cinco minutos foi encerrada a reunião**, tendo sido deliberado, por unanimidade, nos termos do número três do artigo quinquagésimo sétimo, do Anexo I à Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro,

aprovar esta Ata em Minuta, na parte deliberatória, a qual foi assinada pela Senhora Vice-Presidente e por mim, Patrícia Isabel dos Santos Pires Salvado, Técnica Superior, que também elaborei, mandei lavrar e subscrevi a presente Ata, a qual vou assinar com a Senhora Presidente. _____